



MESA DIRETORA DO BIÊNIO 2021/2023

PRESIDENTE

[Desembargadora Débora Maria Lima Machado](#)

VICE-PRESIDENTE

[Desembargador Alcino Barbosa de Felizola Soares](#)

CORREGEDOR

[Desembargador Luíza Aparecida Oliveira Lomba](#)

VICE-CORREGEDORA

[Desembargadora Léa Reis Nunes](#)

(versão 2)

DESEMBARGADORES DO TRABALHO

Ana Paola Santos Machado Diniz	M ^a Adna Aguiar do Nascimento
Alcino Barbosa de Felizola Soares	M ^a das Graças Oliva Boness
Dalila Nascimento Andrade	M ^a de Lourdes Linhares L. de Oliveira
Débora M ^a Lima Machado	Marcos Oliveira Gurgel
Edilton Meireles de Oliveira Santos	Margareth Rodrigues Costa
Eloína Maria Barbosa Machado	Marizete Menezes Corrêa
Esequias Pereira de Oliveira	Norberto Frerichs
Humberto Jorge Lima Machado	Paulino César Martins Ribeiro
Ivana Mércia Nilo de Magaldi	Renato Mário Borges Simões
Jéferson Alves Silva Muricy	Rubem Dias do Nascimento Junior
Léa Reis Nunes	Suzana M ^a Inácio Gomes
Luiz Roberto Peixoto de Mattos Santos	Valtércio Ronaldo de Oliveira
Luiz Tadeu Leite Vieira	Vânia Jacira Tanajura Chaves
Luiza Aparecida Oliveira Lomba	Pires Ribeiro
	Yara Ribeiro Dias Trindade

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Carla Fernandes da Cunha
Marília Sacramento

Grupo Gestor Regional do Sistema e-Gestão (Ato TRT5 nº 126/2022)

Coordenador

Dra Angélica Mello Ferreira

Membros

Railuze Brandão Fonseca Saback

Milton dos Santos Jones

Juliana Ferreira Campos

Rogério Belens Pessoa

Fabício Monteiro Rocha

Adriano Henrique Schultz

André Luis Nunes Muniz

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa (CESTP)

Direção

Railuze Brandão Fonseca Saback

Equipe

Daniela Ramos Alves

Cristiane Barros Pessoa

Tereza Maria Mensitieri Miranda

Estatísticos

Fábio Almeida Santana

Renata Santana Fonseca

abril/2023

Apresentação

A Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região elaborou o presente relatório adotando, para a análise da movimentação processual de 2022, os mesmos critérios utilizados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) para a consolidação dos dados estatísticos anuais da Justiça do Trabalho. Quanto aos indicadores de produtividade por magistrado (IPM) e por servidor (IPS), foram calculados a partir dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foi utilizado o modelo de infográficos a fim de destacar, de modo conciso, as principais informações verificadas nos âmbitos dos 1º e 2º Graus. Além disso, com intuito de analisar a evolução temporal, foram inseridos, para alguns indicadores, os dados apurados desde 2014.

Os dados consolidados neste relatório foram coletados a partir do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias - e-Gestão, implantado neste Regional desde 2013, no âmbito do 1º grau e desde 2012, no 2º.

Resumo

O número de novas ações trabalhistas sofreu atípica redução em 2018, possivelmente em consequência da Lei 13.467/17, popularmente chamada de reforma trabalhista. Em 2019 esta quantidade voltou a crescer, no entanto, não atingindo ainda o quantitativo de novas ações do período anterior à reforma. Em 2020 uma nova queda foi provocada pelo isolamento social necessário para conter o avanço da pandemia causada pelo novo Coronavírus, em seguida ocorreu discreta recuperação em 2021 e 2022. Os assuntos mais frequentes nos casos novos de primeiro grau foram Multa de 40% do FGTS, Multa do Artigo 477 da CLT e Verbas Rescisórias, citados mais de 48 mil vezes em 2022. Quanto à produtividade, destaca-se o total de processos julgados, que foi 29% superior ao quantitativo de solucionados em 2021; a duração dos processos (quantidade de dias corridos do ajuizamento da ação até a extinção da execução) foi superior 4 anos. Na fase de execução, foram encerradas 120% das execuções em relação ao total de execuções iniciadas no ano. O estoque sofreu redução de 4% na fase de conhecimento e 3% na fase de execução.

Na segunda instância, o número de casos novos apresentou acréscimo de 9% após três reduções consecutivas. Quanto à produtividade, foram 60.859 processos julgados em 2022, 14% a menos do que no ano anterior. Apesar da alta nos casos novos e da redução no número de processos julgados, houve diminuição no saldo de processos pendentes de julgamento no segundo grau. Os processos levaram, em média 1 ano e 11 meses até serem baixados.

Neste ano, o TRT5 arrecadou quase R\$ 199 milhões em multas, impostos e custas processuais e foram pagos aos reclamantes um total de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões, mais de R\$ 8 milhões pagos diariamente.

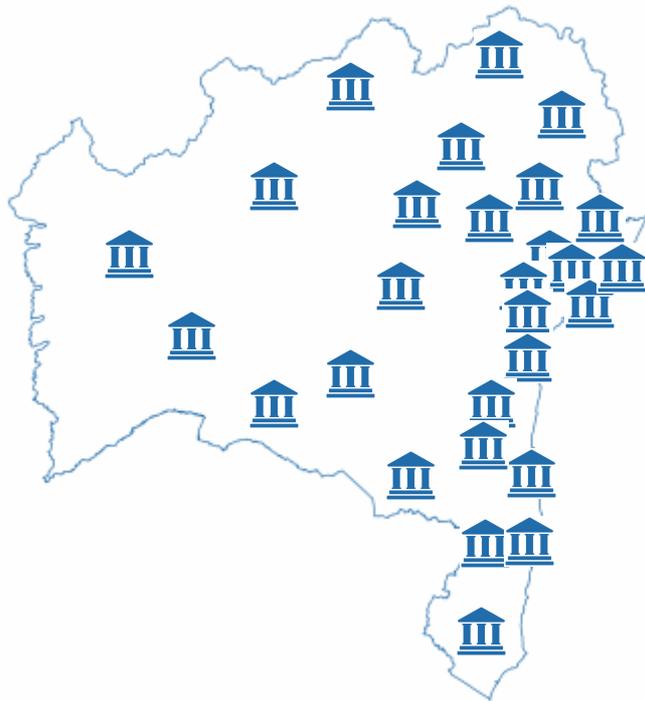
SUMÁRIO

1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2	CASOS NOVOS	9
2.1	CASOS NOVOS POR MAGISTRADO	12
2.2	ASSUNTOS MAIS FREQUENTES NOS CASOS NOVOS	13
3	TOTAL A JULGAR	14
4	PRODUTIVIDADE	16
4.1	JULGADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL A JULGAR	17
4.2	JULGADOS EM RELAÇÃO AOS DISTRIBUIDOS	20
4.3	CONCILIAÇÕES	21
4.4	RESTITUIÇÕES	24
4.5	ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS	25
4.6	ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DOS SERVIDORES	26
4.7	ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA	27
5	PRODUTIVIDADE NA FASE DE EXECUÇÃO	28
5.1	TOTAL A EXECUTAR	28
5.2	EXECUÇÕES ENCERRADAS EM RELAÇÃO AO TOTAL A EXECUTAR	29
5.3	EXECUÇÕES ENCERRADAS EM RELAÇÃO ÀS INICIADAS	31
5.4	CONCILIAÇÕES	33
6	RESÍDUOS	35
6.1	RESÍDUO POR MAGISTRADO	38
7	DECISÕES	39
8	PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES	43
8.1	ARRECADAÇÕES	43
8.2	PAGAMENTOS	44
9	PRAZOS	44
10	CÁLCULO DOS INDICADORES	47
11	ANEXOS	50

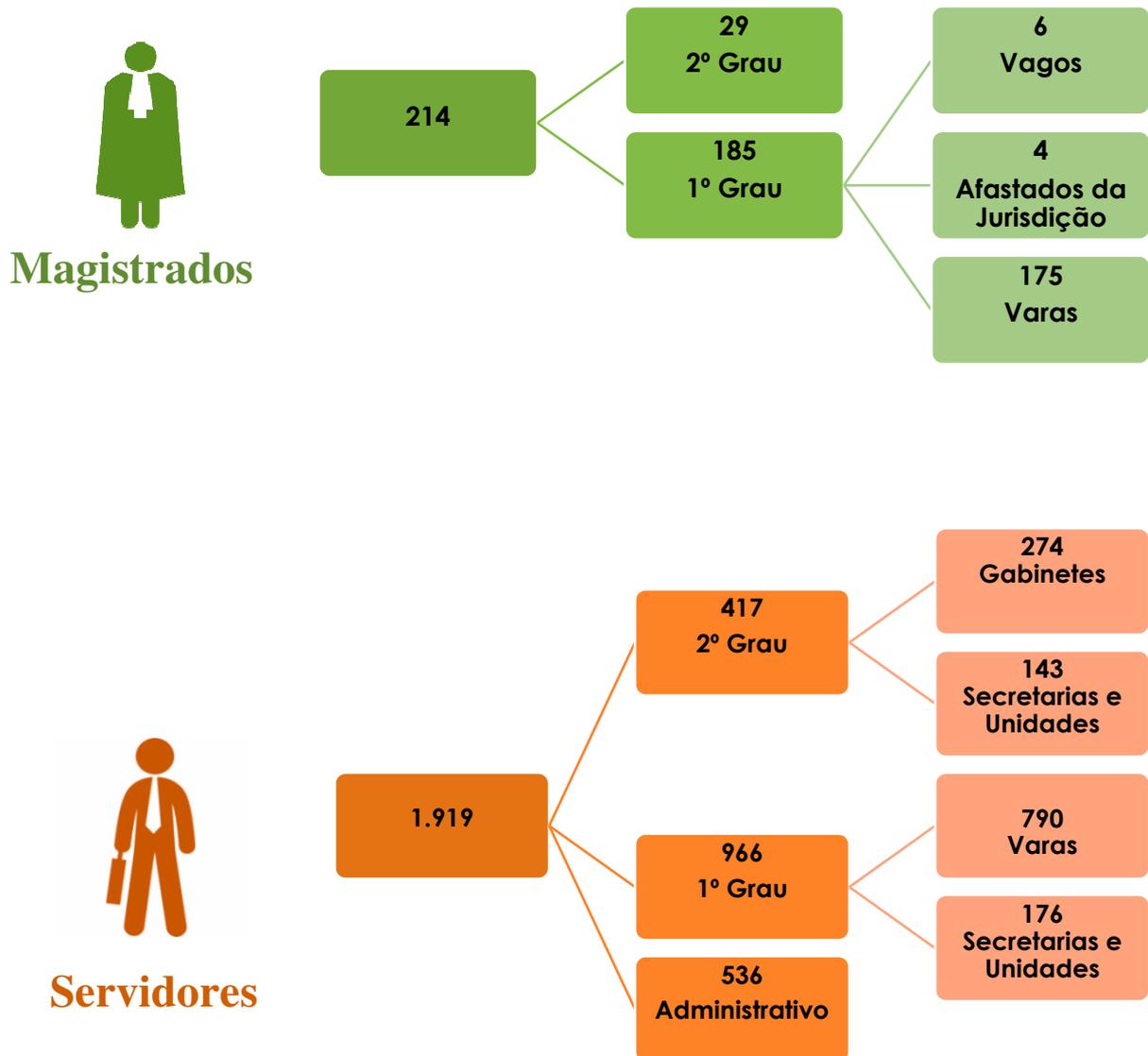
1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O TRT da 5ª Região é constituído por 88 Varas do Trabalho, dentre as quais 39 estão localizadas na capital e 49 distribuídas em 31 municípios, com jurisdição em todos os 417 municípios do Estado da Bahia. No segundo grau, existem 29 Gabinetes de Desembargadores e 5 Turmas Recursais.

Figura 1. Distribuição das Varas no Território do Estado da Bahia.



Estavam em atividade 185 juízes titulares e substitutos e 966 servidores lotados na área judiciária de primeiro grau, enquanto no segundo grau atuavam 29 Desembargadores e 417 servidores. O TRT5 contava ainda com 536 servidores lotados na área administrativa, totalizando 1.919 servidores.

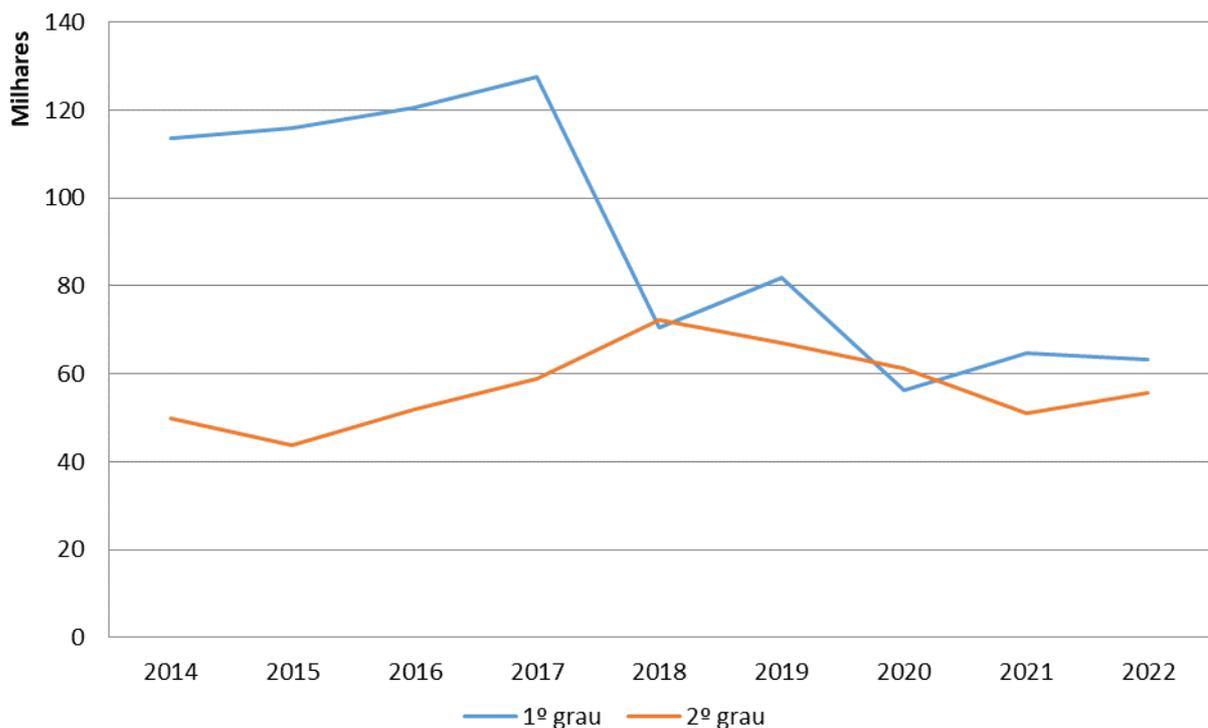


2 CASOS NOVOS

Em 2022, foram recebidas **63.276** novas reclamações trabalhistas na 1ª instância, todas eletrônicas, uma média de **719** processos por vara. Na 2ª instância foram recebidos **55.614** processos, dentre os quais mais de 99% são eletrônicos.

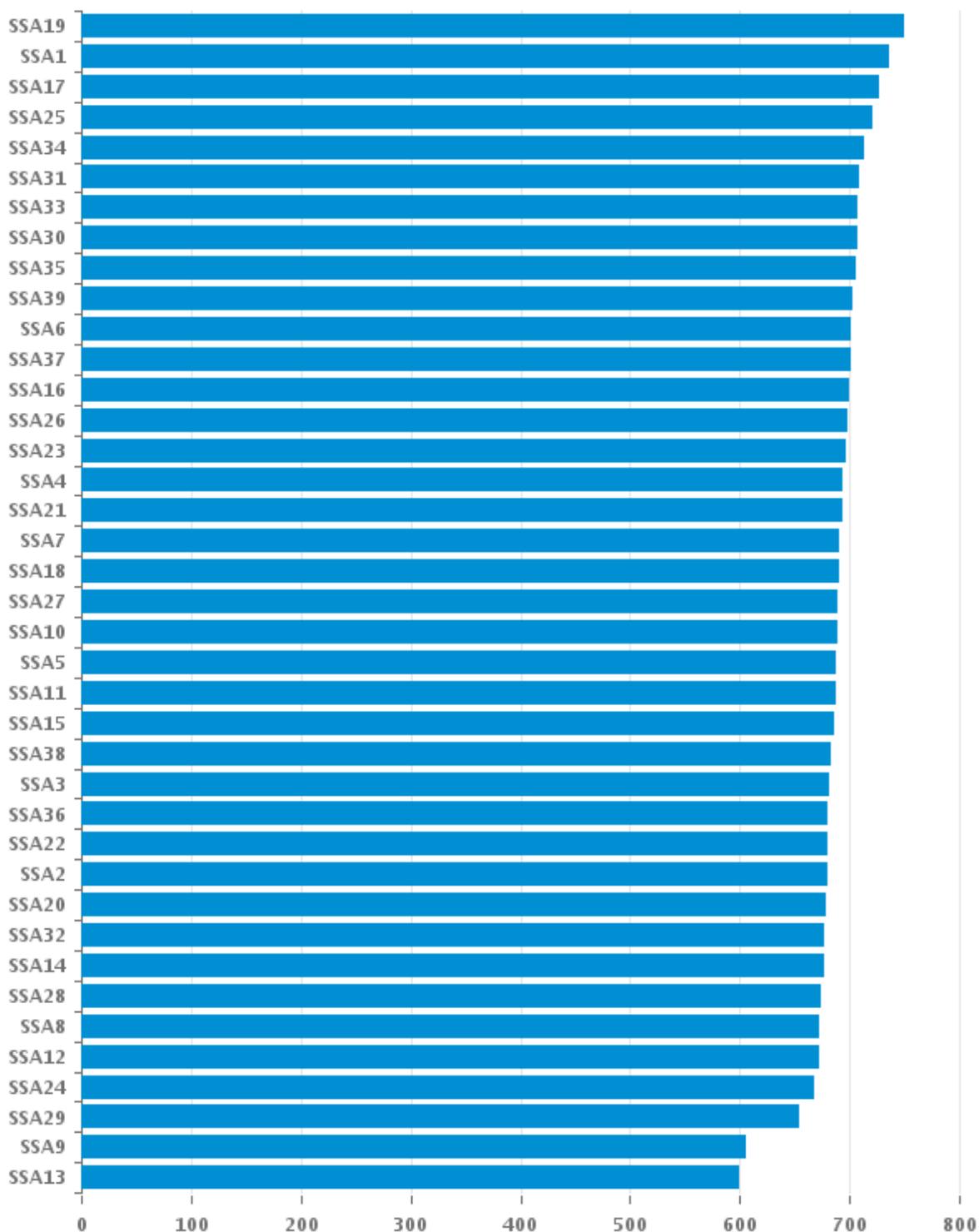
A figura 2.1 mostra que ocorreu uma discreta redução no quantitativo de processos recebidos no primeiro grau (2%). Enquanto no segundo grau, houve acréscimo de 9% após três reduções consecutivas entre 2019 e 2021.

Figura 2.1 Casos Novos, 2014 – 2022.



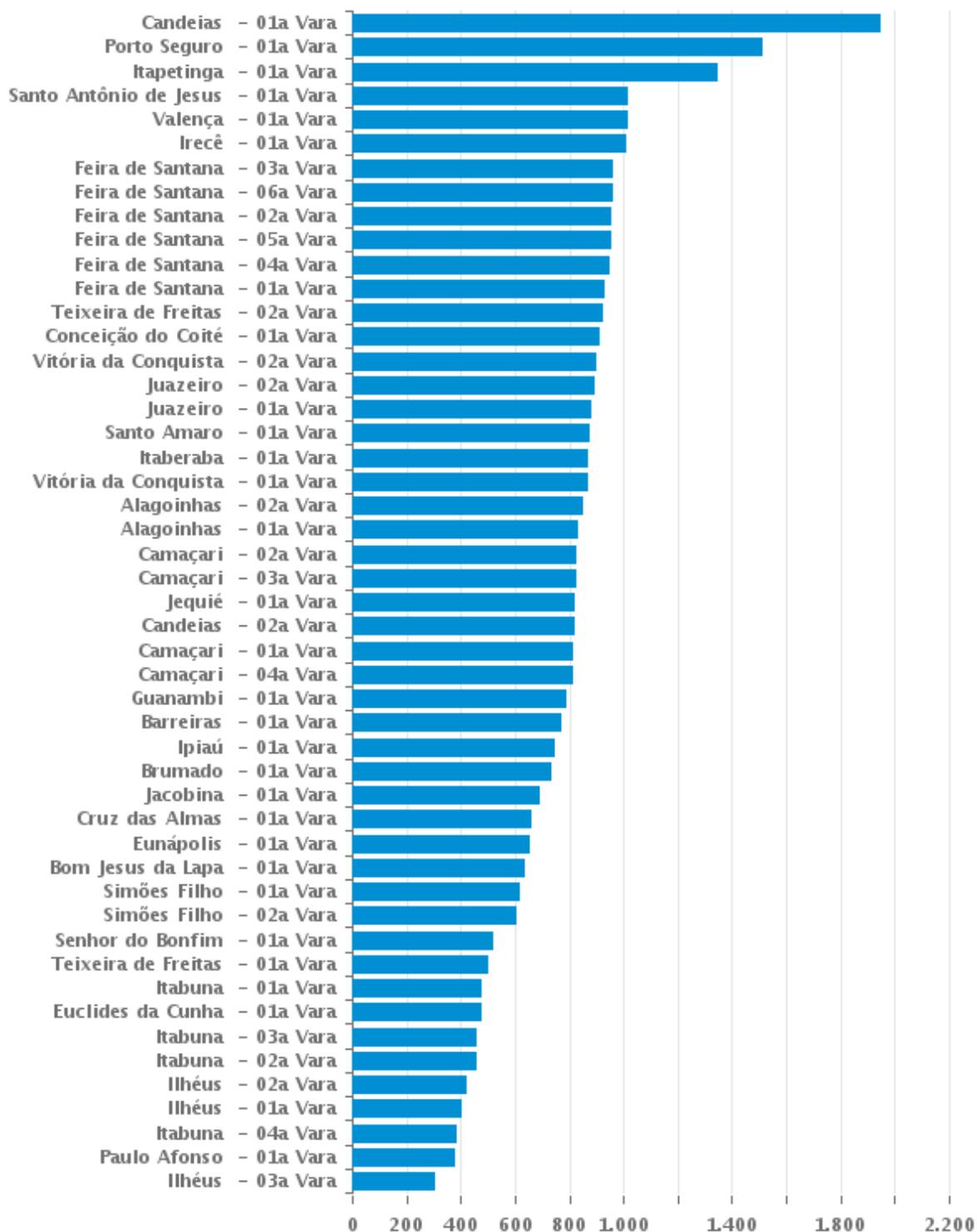
A média de processos recebidos em Salvador foi de 688 por Vara. Oscilando entre 598 (13ª Vara do Trabalho) e 748 (19ª Vara) novas ações trabalhistas. Dentre as varas da capital, apenas as 17ª, 1ª e 9ª receberam mais processos do que a média do regional que foi de 719 processos, conforme mostrado na figura 2.2.

Figura 2.2 Casos Novos nas Varas da Capital



No Interior do estado, as varas que receberam maior quantitativo de processos foram as varas de Candeias (1.940), Porto Seguro (1.508) e Itapetinga (1.342) . Ao passo que a 3ª Vara de Ilhéus recebeu apenas 303 novos processos.

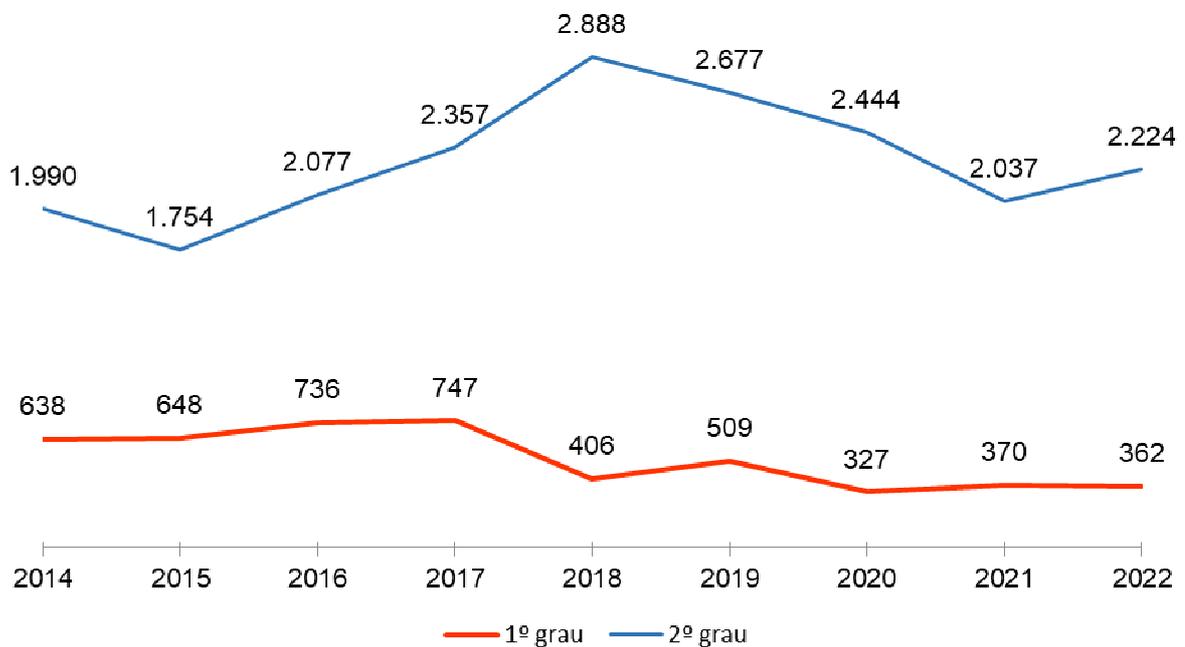
Figura 2.5 Casos Novos nas Varas do Interior do Estado



2.1 CASOS NOVOS POR MAGISTRADO

Considerando um total de 175 cargos de juízes ocupados no primeiro grau, a média de casos novos foi de **362** processos recebidos para cada magistrado no ano. Na segunda instância, o total de casos novos foi de **2.224** processos por magistrado.

Figura 2.1.1 Casos Novos por magistrado, 2014 – 2022



2.2 ASSUNTOS MAIS FREQUENTES NOS CASOS NOVOS

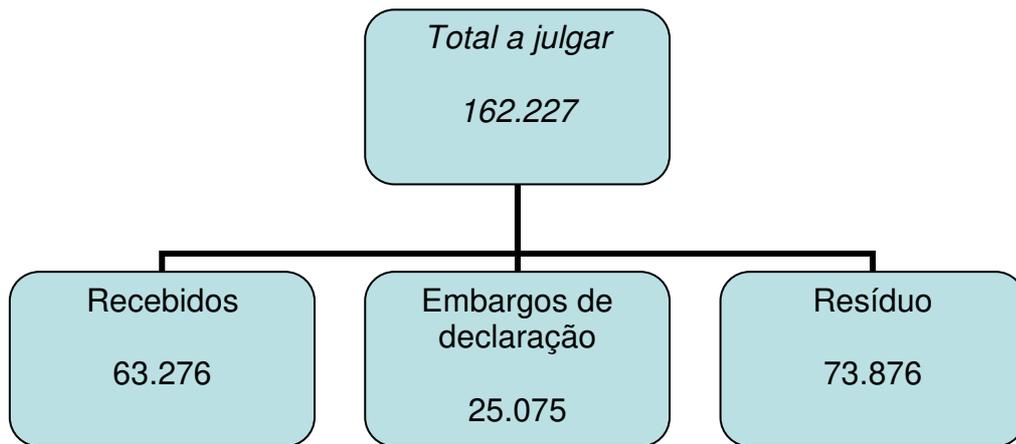
Os assuntos mais recorrentes no 1º grau foram **Multa de 40% do FGTS, Multa do Artigo 477 da CLT e Verbas Rescisórias** citados mais de 48 mil vezes. Também ocorreram com ampla frequência nas reclamações assuntos como Férias Proporcionais, Aviso Prévio, FGTS e Multa do Artigo 467 da CLT, conforme tabela 2.2.1.

Tabela 2.2.1 Assuntos Mais Frequentes nos Casos Novos

Assunto	Processos Recebidos
Multa de 40% do FGTS	17.477
Multa do Artigo 477 da CLT	15.446
Verbas Rescisórias	15.182
Férias Proporcionais	13.042
Aviso Prévio	13.007
FGTS	12.935
Multa do Artigo 467 da CLT	12.261
Décimo Terceiro Salário Proporcional	11.674
Horas Extras	11.364
Honorários na Justiça do Trabalho	9.864

3 TOTAL A JULGAR

Os processos recebidos em 2022 adicionados aos Embargos de Declaração Opostos e aos resíduos de anos anteriores totalizaram **162.227** processos para solução na 1ª instância.



A figura 3.1 mostra a distribuição do total de processos a julgar anualmente, que sofreu expressiva redução entre 2017 e 2020 em função, principalmente, da diminuição no quantitativo de novas ações. É notável ainda a progressiva redução do saldo de processos físicos, representando atualmente menos de 1% do total de processos a julgar.

A figura abaixo mostra o total de processos a julgar (recebidos e pendentes) na segunda instância, sendo 0,5% destes ainda físicos ou híbridos.

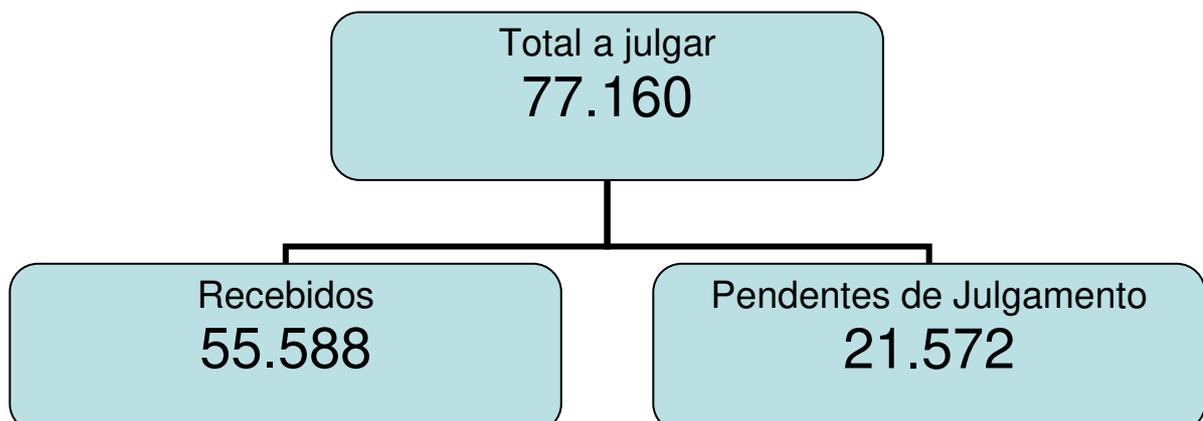
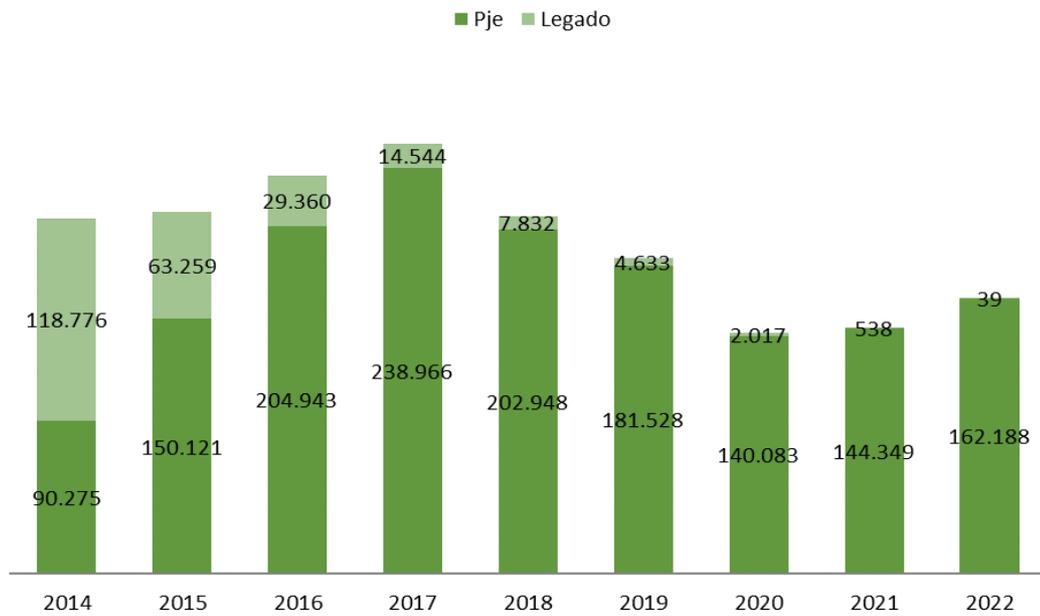
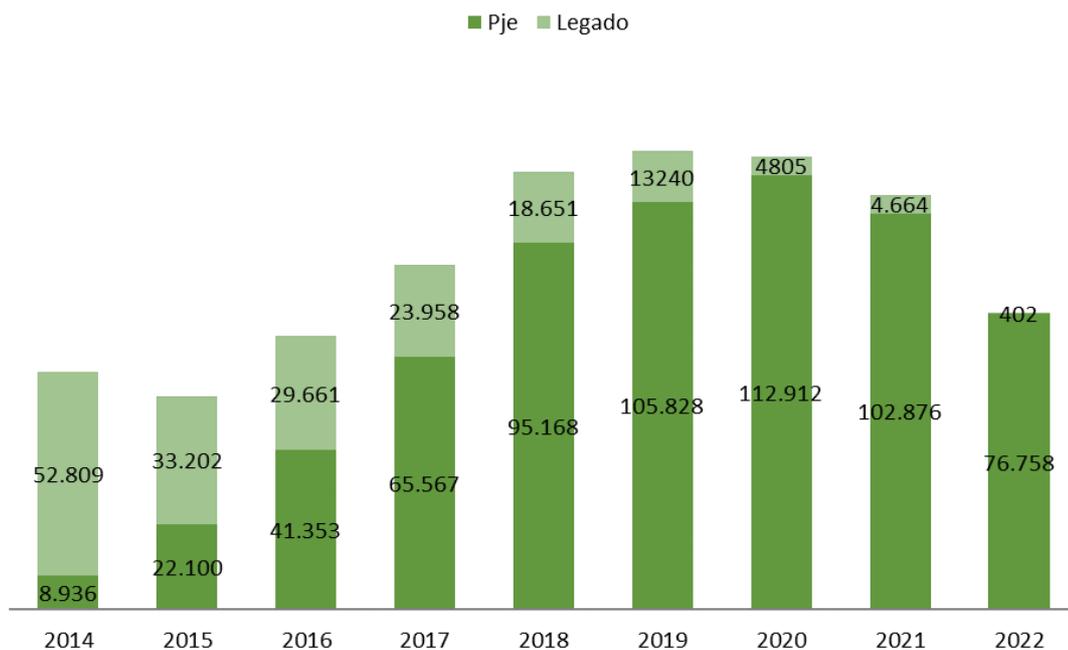


Figura 3.1. Total a Julgar na 1ª Instância, 2014 – 2022



A figura 3.2 mostra o histórico, desde 2014, do total de processos a julgar, por sistema de origem (físico/híbrido e eletrônico). Destaca-se que, até 2016, o total de processos a julgar oscilava em torno de 60 mil; esse número dobrou em três anos, chegando a quase 120 mil processos em 2019 seguido de reduções consecutivas.

Figura 3.2. Total a Julgar na 2ª Instância, 2014 – 2022



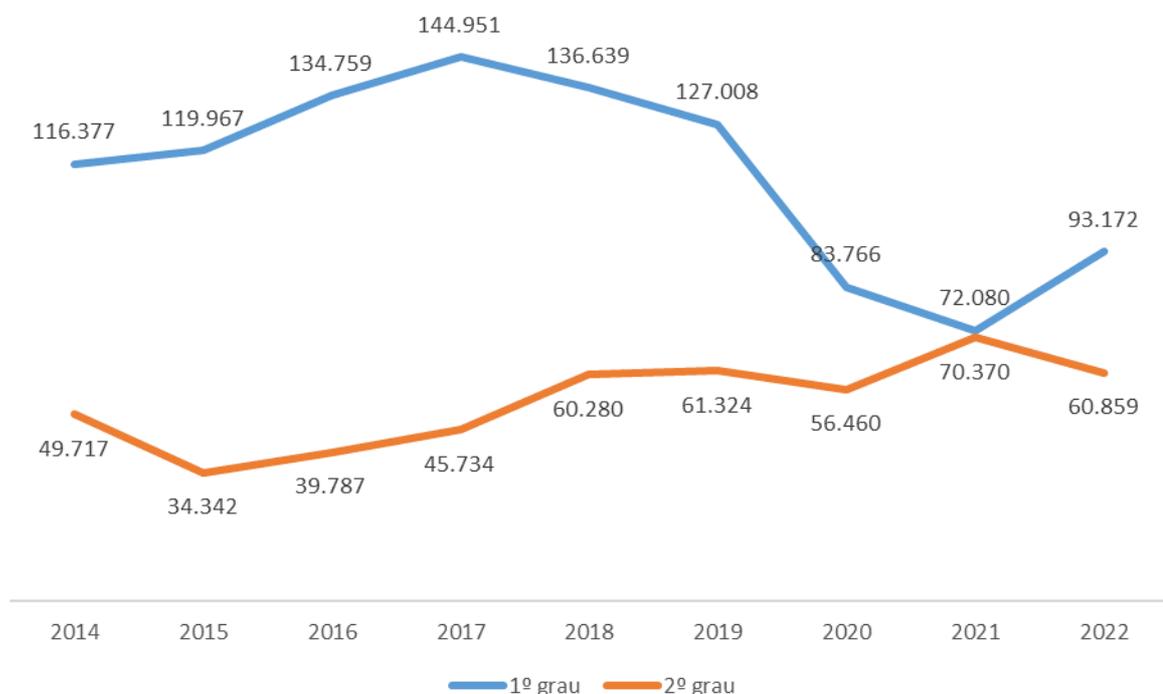
O índice de processos a julgar por magistrado, no ano, foi de **927** no 1º grau e **3.087** no 2º.

4 PRODUTIVIDADE

Nas Varas do Trabalho, foram solucionados 70.016 processos na fase de conhecimento e 23.156 Embargos de Declaração, totalizando **93.172 processos julgados no 1º grau**, acréscimo importante após quatro reduções consecutivas na série histórica. Em média, foram julgados 533 processos por Magistrado.

Na segunda instância, foram julgados 58.850 processos em sessão e 2.009 por decisão monocrática, perfazendo um total de **60.859 processos solucionados**, 14% a menos do que no ano anterior. Em média, cada Desembargador julgou 2.435 processos em 2022.

Figura 4.1. Processos Julgados, 2014 – 2022

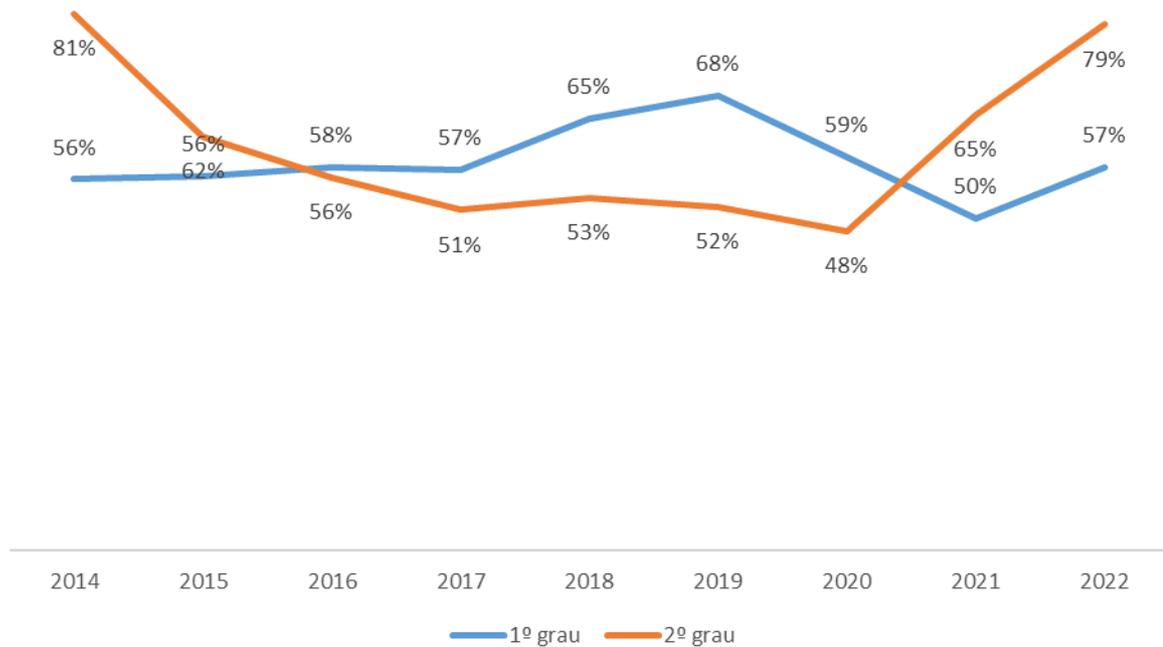


Na fase de conhecimento foram baixados 68.792 processos na fase de conhecimento e 47.308 na fase de execução, totalizando **116.100 processos baixados** no 1º grau. Já no 2º grau, foram baixados **58.422** processos.

4.1 JULGADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL A JULGAR

Em relação ao total de processos a julgar, foram solucionados 57% dos processos na 1ª instância e 79% na 2ª.

Figura 4.1.1 Julgados em Relação ao Total a Julgar, 2014 – 2022



Nas Varas da Capital, o percentual de processos julgados em relação ao total de processos a julgar ficou entre 45% na 34ª Vara e 75% na 1ª. No Interior, as taxas ficaram entre 28% na 1ª de Candeias e 83% na 3ª Vara de Ilhéus.

Figura 4.1.2 Julgados em Relação ao Total a Julgar nas Varas da Capital (%)

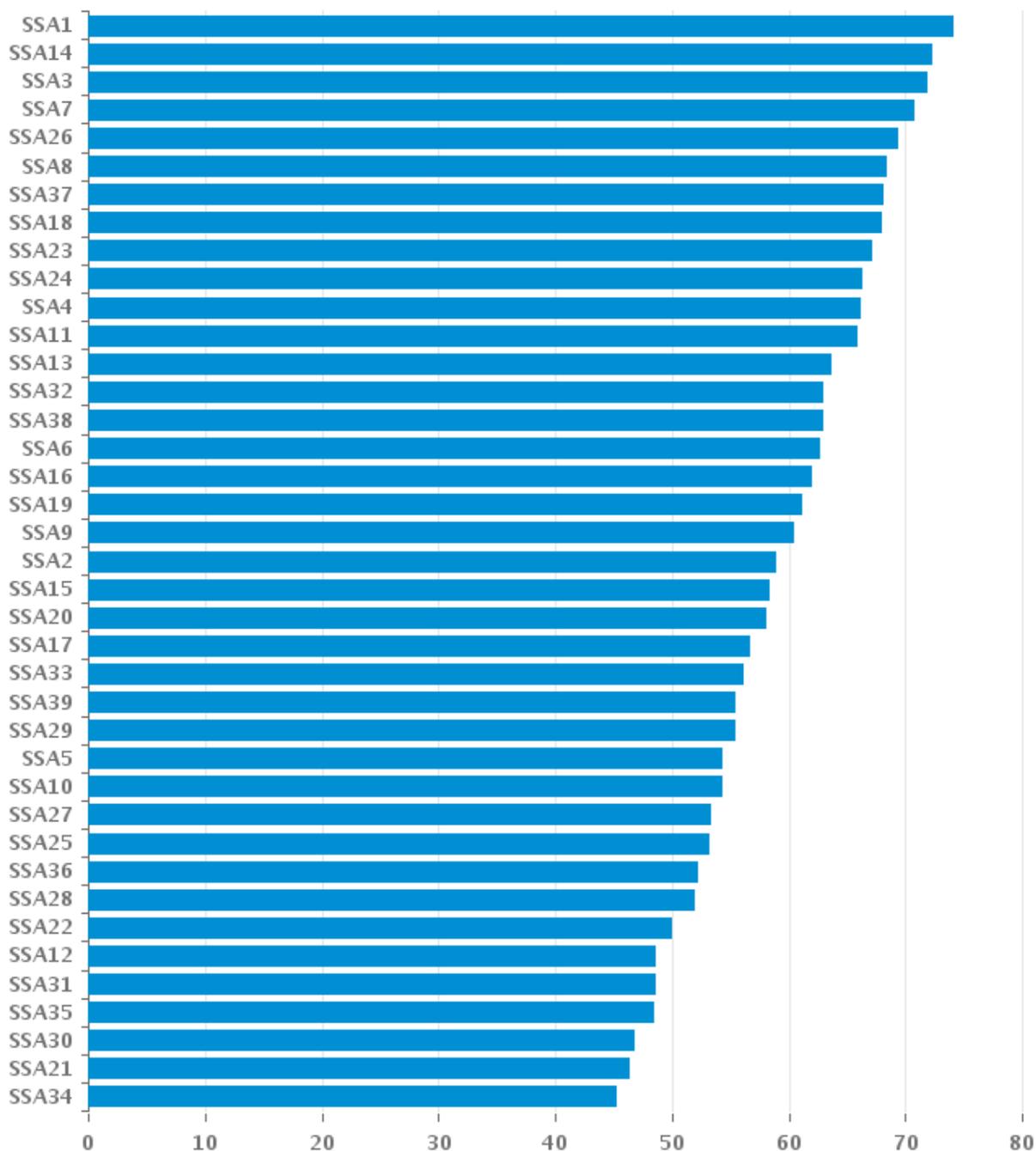
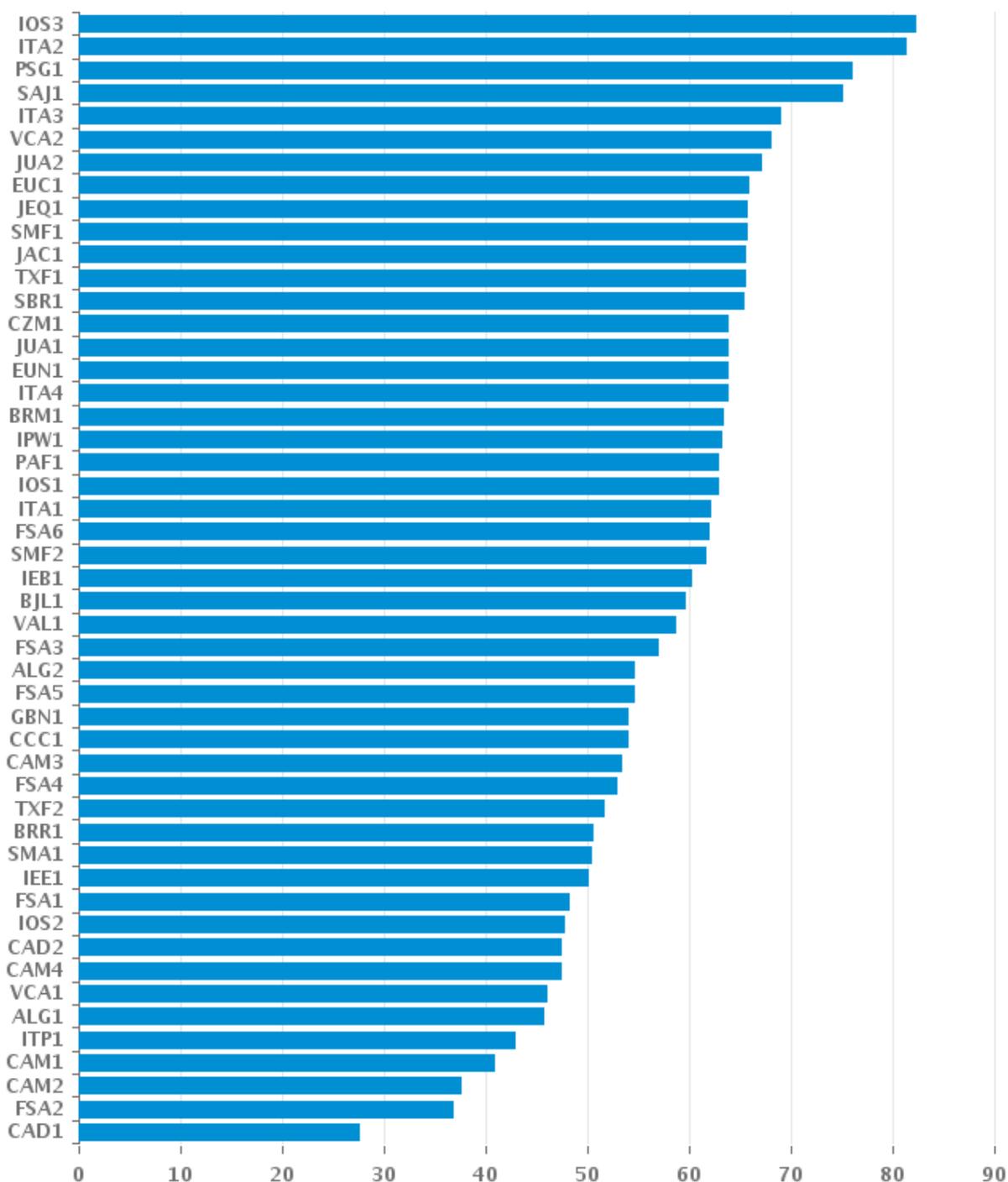


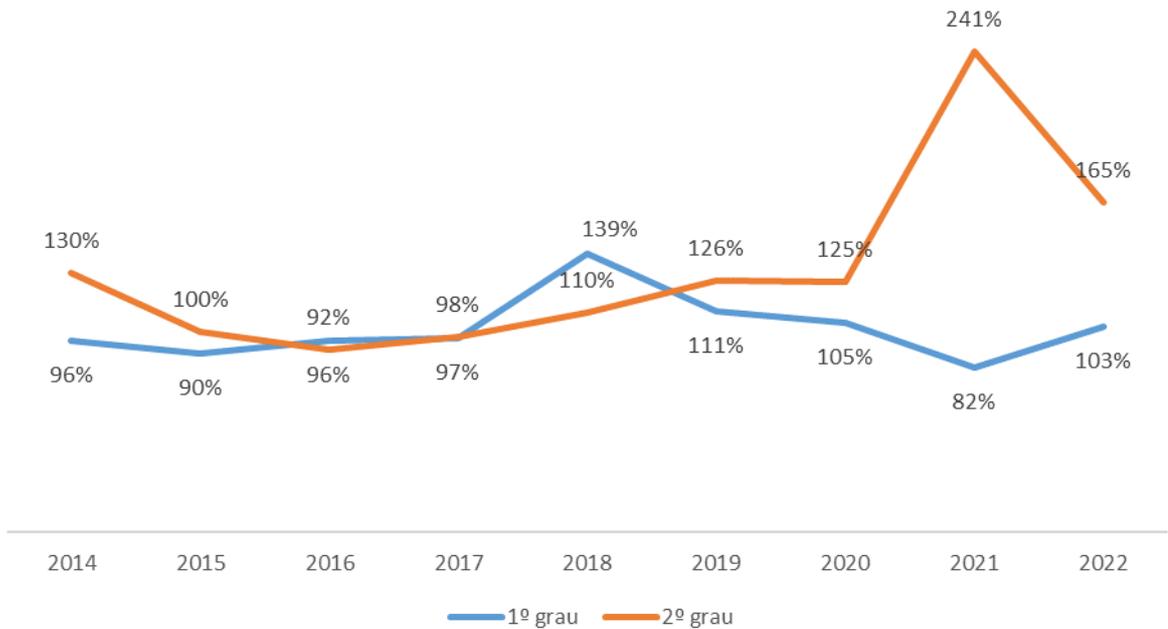
Figura 4.1.3 Julgados em Relação ao Total a Julgar nas Varas do Interior (%)



4.2 JULGADOS EM RELAÇÃO AOS DISTRIBUÍDOS

Em relação a quantidade de processos distribuídos, na 1ª instância foram julgados 103%, enquanto na 2ª instância foram 165%.

Figura 4.2.1 Julgados em Relação aos Distribuídos, 2014 – 2022



Na 2ª instância, dentre as Turmas Recursais, destacaram-se a 2ª e a 5ª Turmas com maior percentual de processos julgados em sessão em relação ao número de processos distribuídos.

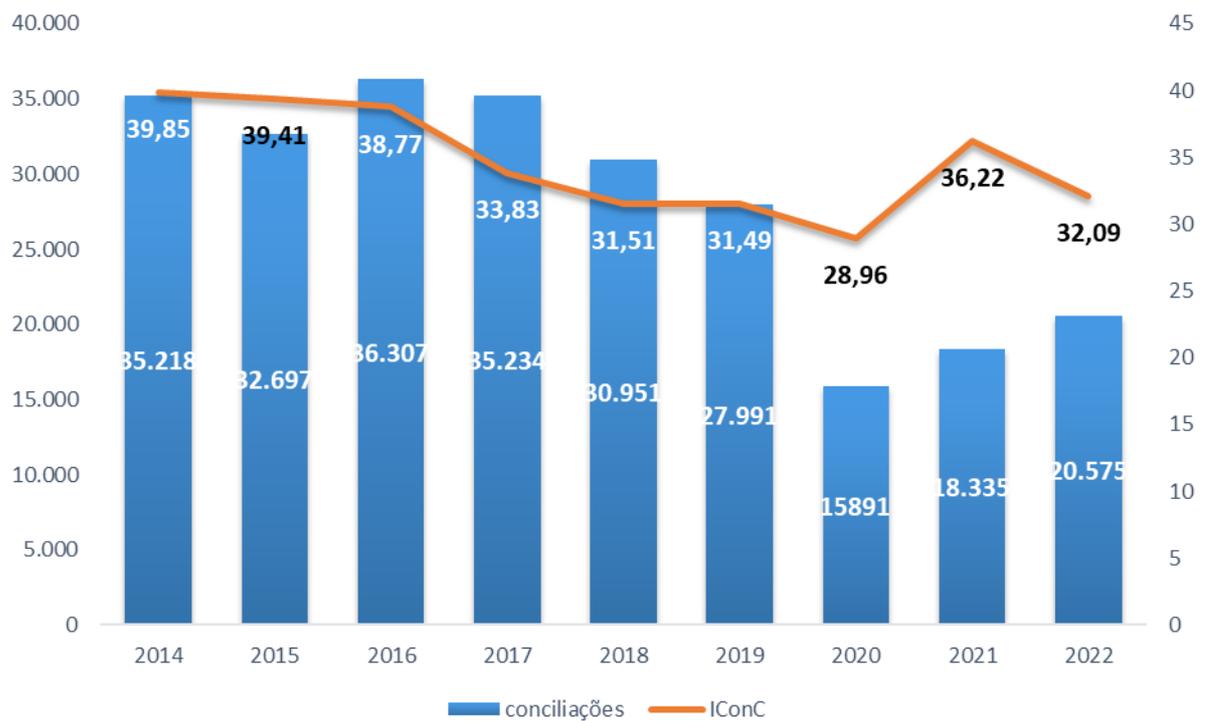
Figura 4.2.5 Relação Julgados em Sessão / Distribuídos (%)



4.3 CONCILIAÇÕES

Na fase de conhecimento foram homologadas **20.575** conciliações, que representam 32% dos processos solucionados (excetuando-se os arquivamentos, desistências e outras decisões).

Figura 4.3.1 Conciliações na Fase de Conhecimento (%) – 1ª Instância, 2014 – 2022



Nas Varas o percentual de conciliação oscilou entre 12% registrado na Vara de Itapetinga e 57% na Vara de Porto Seguro, enquanto que na Capital ficou entre 24% (3ª Vara) e 38% (30ª Vara).

Figura 4.3.2 Conciliação na Fase de Conhecimento, Varas da Capital (%)

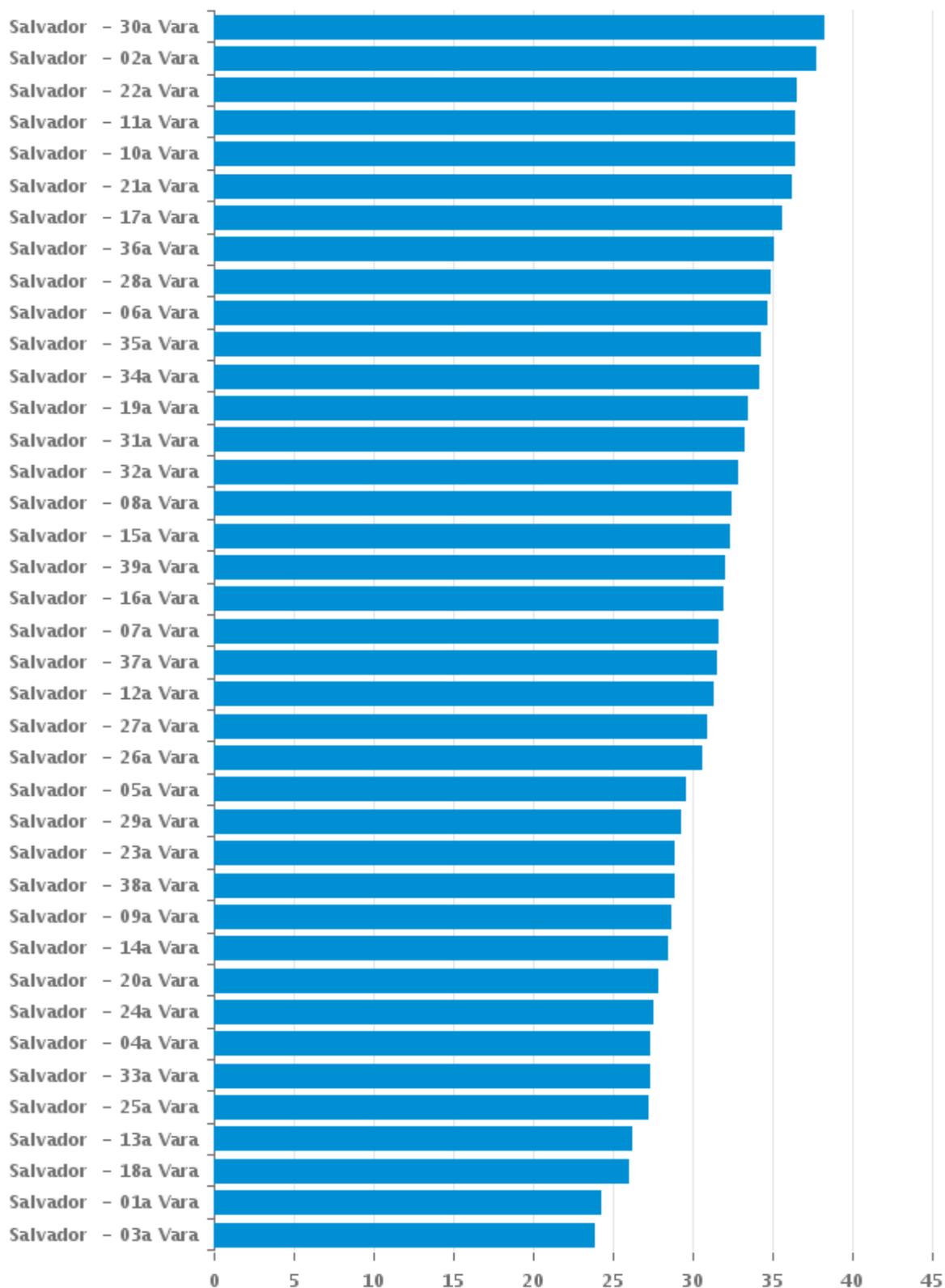
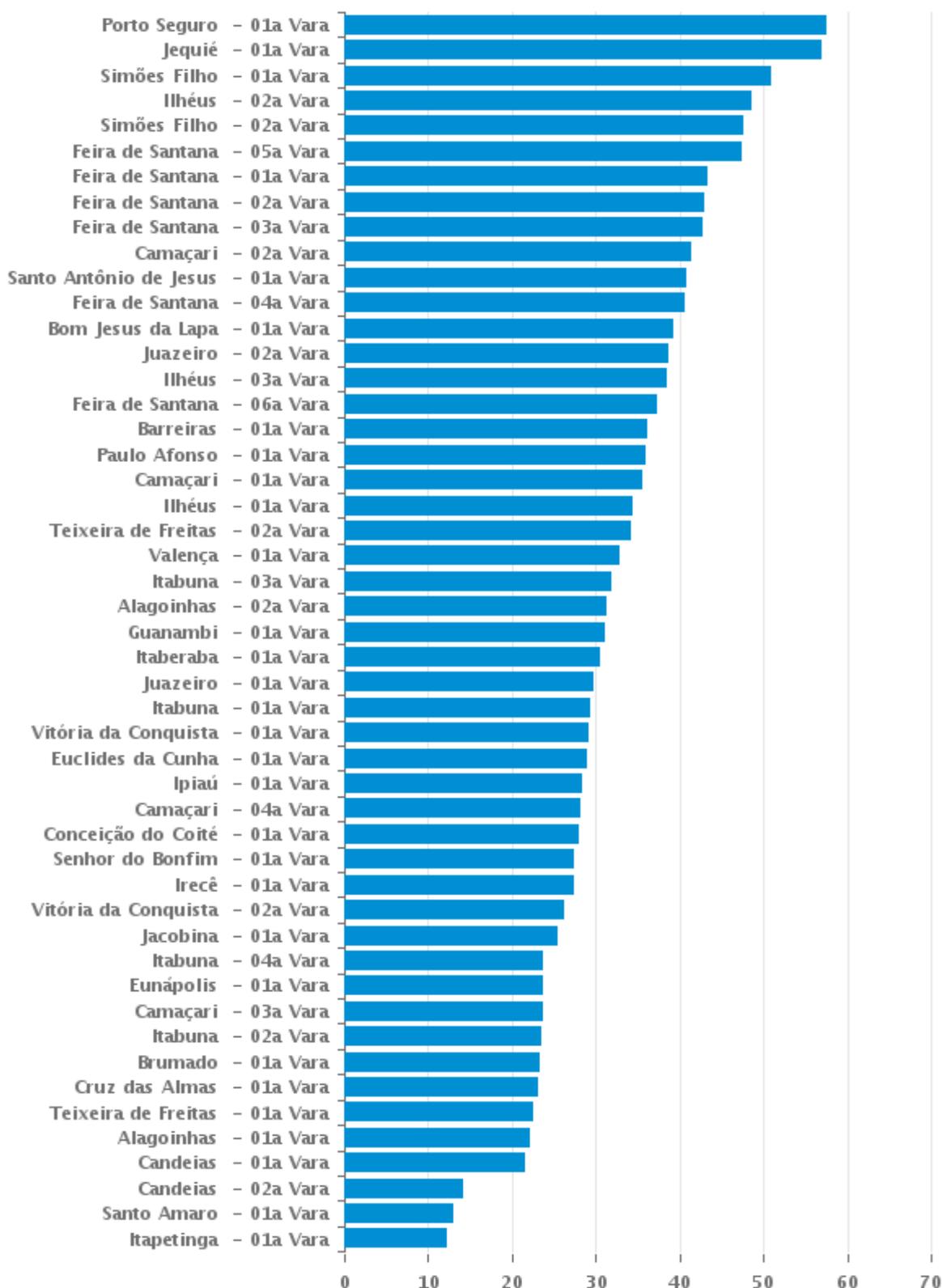


Figura 4.3.3 Conciliação na Fase de Conhecimento nas Varas do Interior (%)

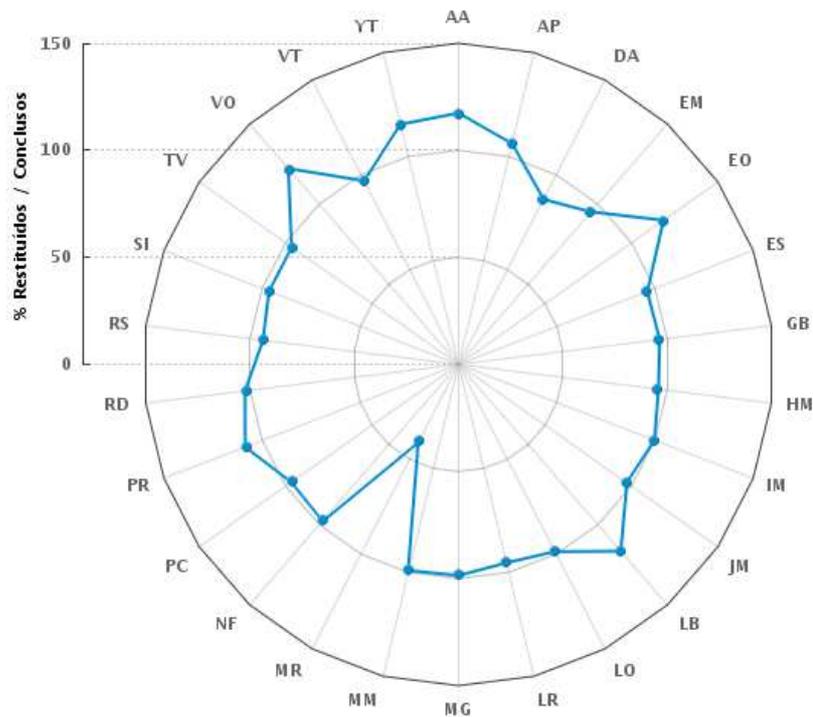


4.4 RESTITUIÇÕES

Foram conclusos para relatar 75.238 Ações Originárias e Recursos e 38.039 Recursos Internos perfazendo um total de **113.277** processos e foram restituídos **113.128** processos, sendo 63.097 com visto, 1.854 com decisão monocrática e 48.177 por outras restituições, representando 99,9% dos conclusos para julgamento.

O percentual de processos restituídos em relação ao total de conclusos para relatar por Magistrado é mostrado na figura 4.4.1, onde se percebe uma variação entre 41% e 121%.

Figura 4.4.1 Relação entre Restituídos e Conclusos por Relator (%)



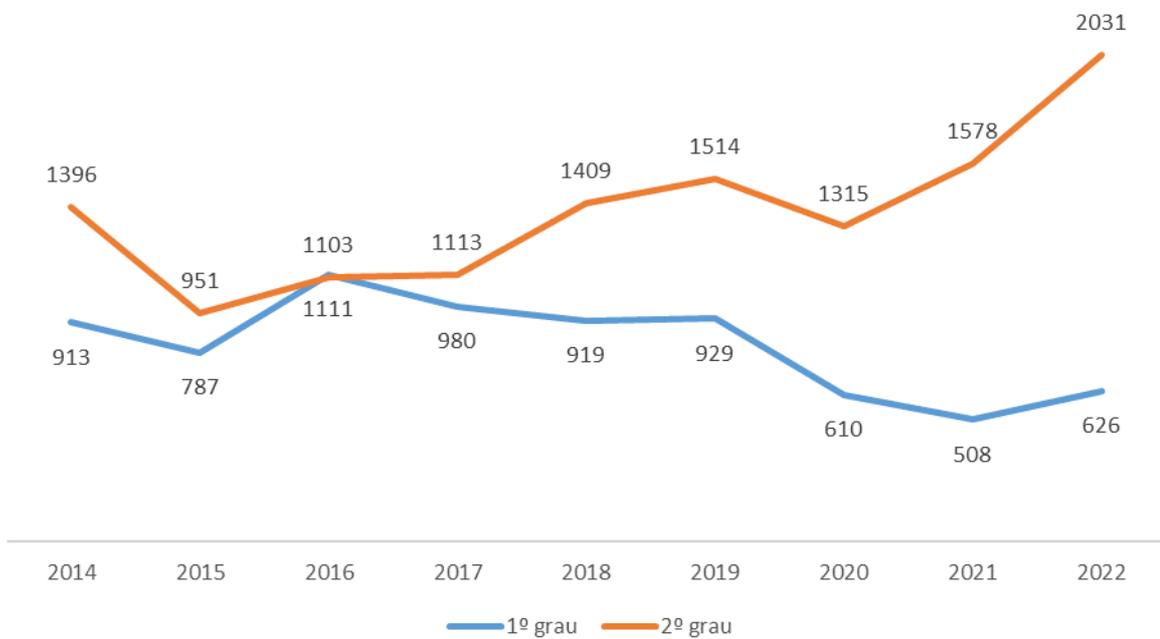
Obs 1. A legenda contendo nomes dos relatores encontra-se no anexo, **Quadro 12.2**.

Obs 2. O gráfico acima considera apenas os Desembargadores titulares e ativos em 2022, excluindo-se os membros da Mesa Diretora.

4.5 ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS

O Índice de Produtividade dos Magistrados, que representa o total de processos baixados por Magistrado, foi de 626 no 1º grau. No 2º grau, foram mais de 2.000 processos baixados por magistrado, atingindo a maior marca desde 2014.

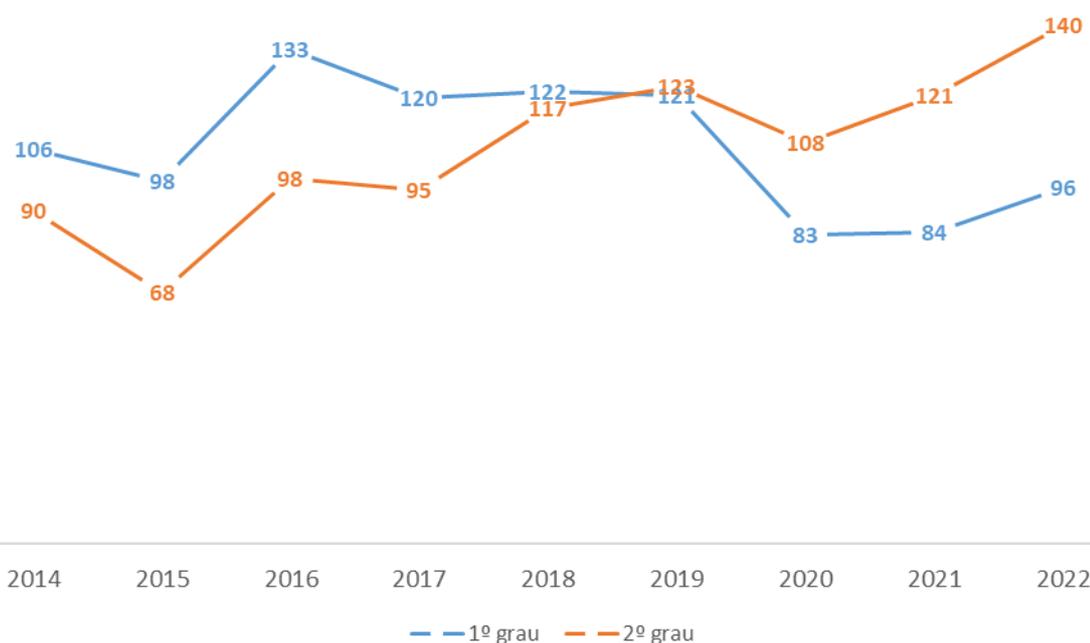
Figura 4.5.1 Índice de Produtividade dos Magistrados, 2014 – 2022.



4.6 ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DOS SERVIDORES

O Índice de Produtividade dos Servidores, que representa o total de processos baixados por servidor da área judiciária, foi de 96 no 1º grau e 140 no 2º.

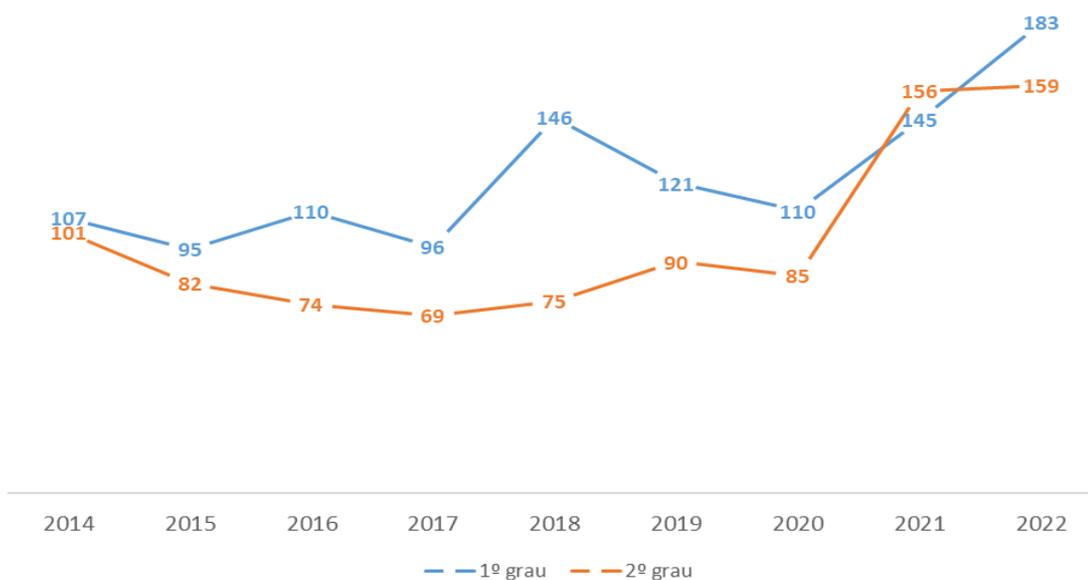
Figura 4.6.1 Índice de Produtividade dos Servidores, 2014 – 2022.



4.7 ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA

O Índice de Atendimento à Demanda, que representa o total de processos baixados por caso novo foi de 183% no 1º grau (conhecimento e execução) e 159% no 2º grau.

Figura 4.7.1 Índice de Atendimento à Demanda, 2014 – 2022.

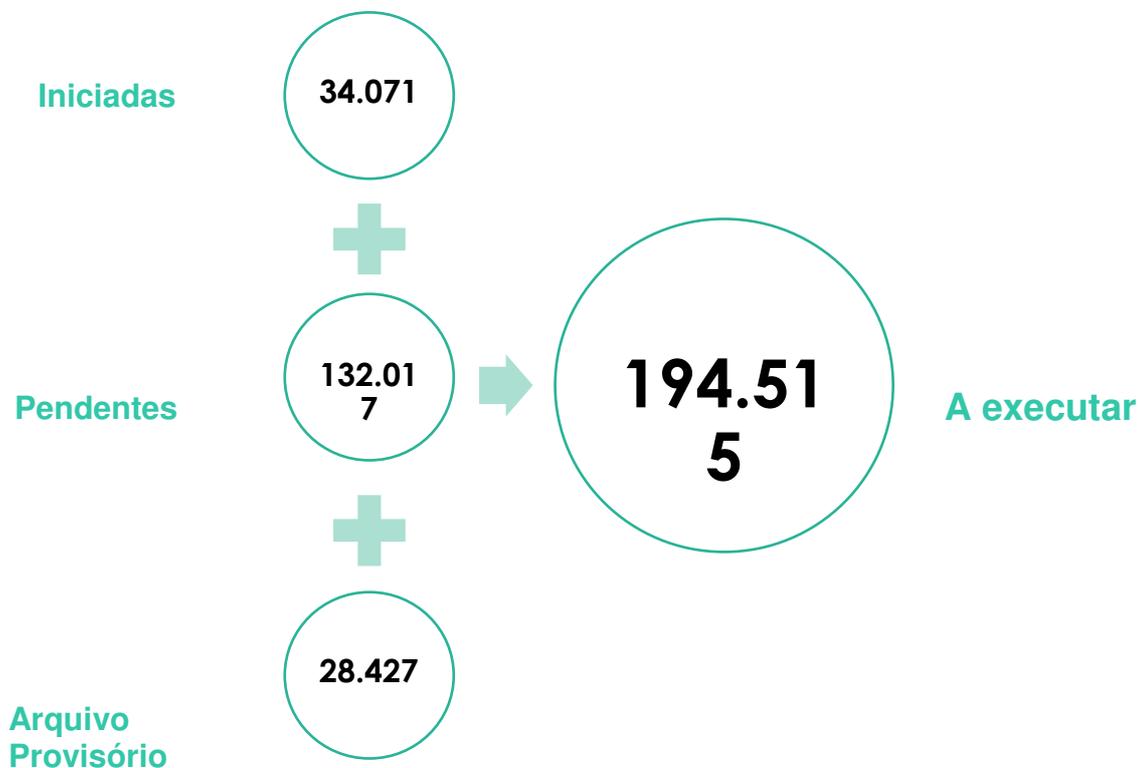


5 PRODUTIVIDADE NA FASE DE EXECUÇÃO

Foram iniciadas **34.071** execuções e encerradas **40.766** no ano de 2022, resultando em uma taxa de execução de 120%.

5.1 TOTAL A EXECUTAR

O total de execuções iniciadas adicionadas ao estoque, inclusive os arquivados provisoriamente, completou 194.515 processos a serem executados na 5ª Região. Considerando o total de Magistrados titulares e substitutos nas Varas, o total de processos a executar por Magistrado foi de 1.112 processos.



5.2 EXECUÇÕES ENCERRADAS EM RELAÇÃO AO TOTAL A EXECUTAR

Foram encerradas 40.766 execuções, 21% do total de processos a executar. Nas Varas do Trabalho de todo o Regional, este percentual ficou entre 9% na Vara de Barreiras e 45% na Vara de Jequié.

Figura 5.2.1 Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar nas Varas de Salvador (%)

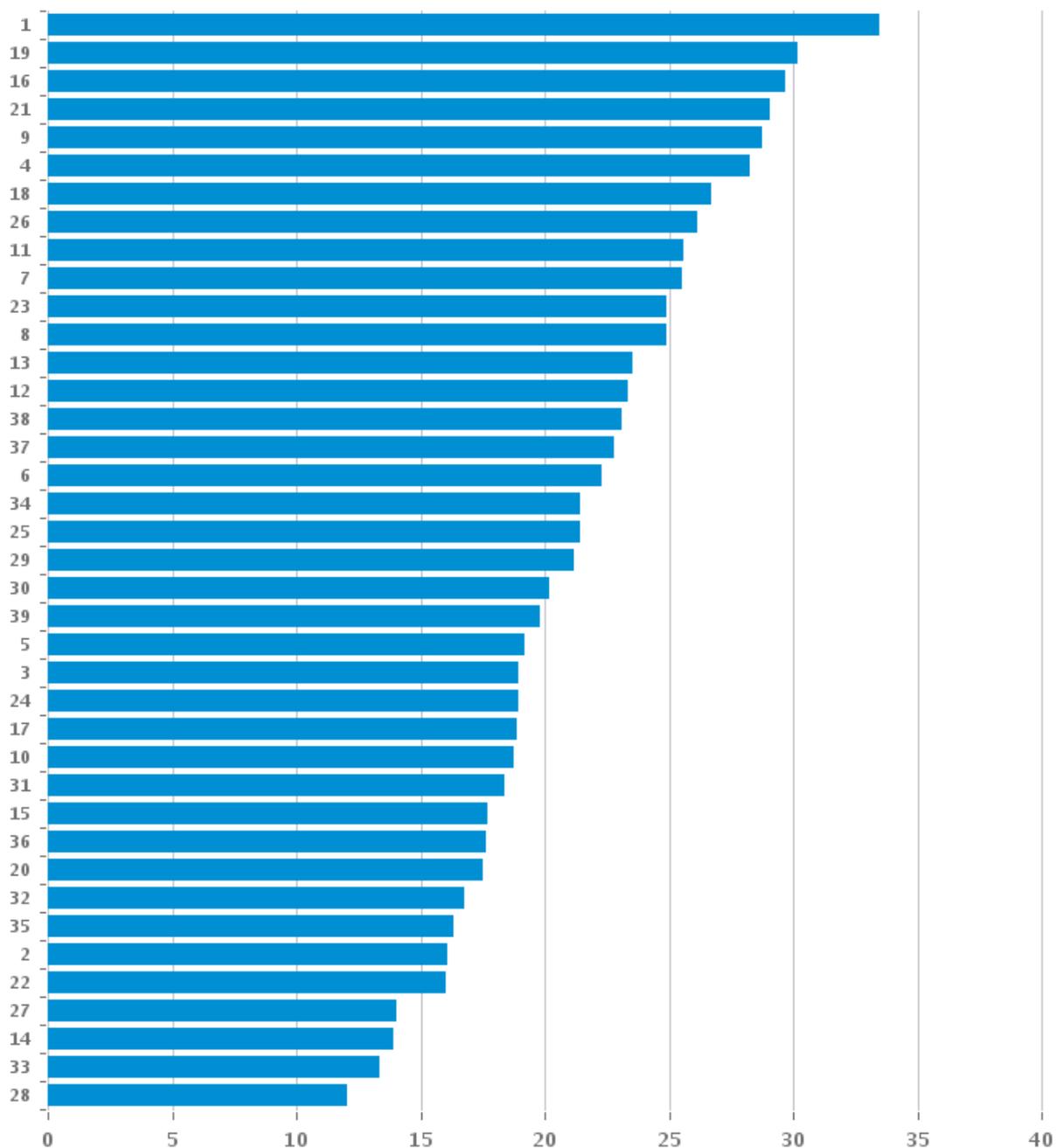
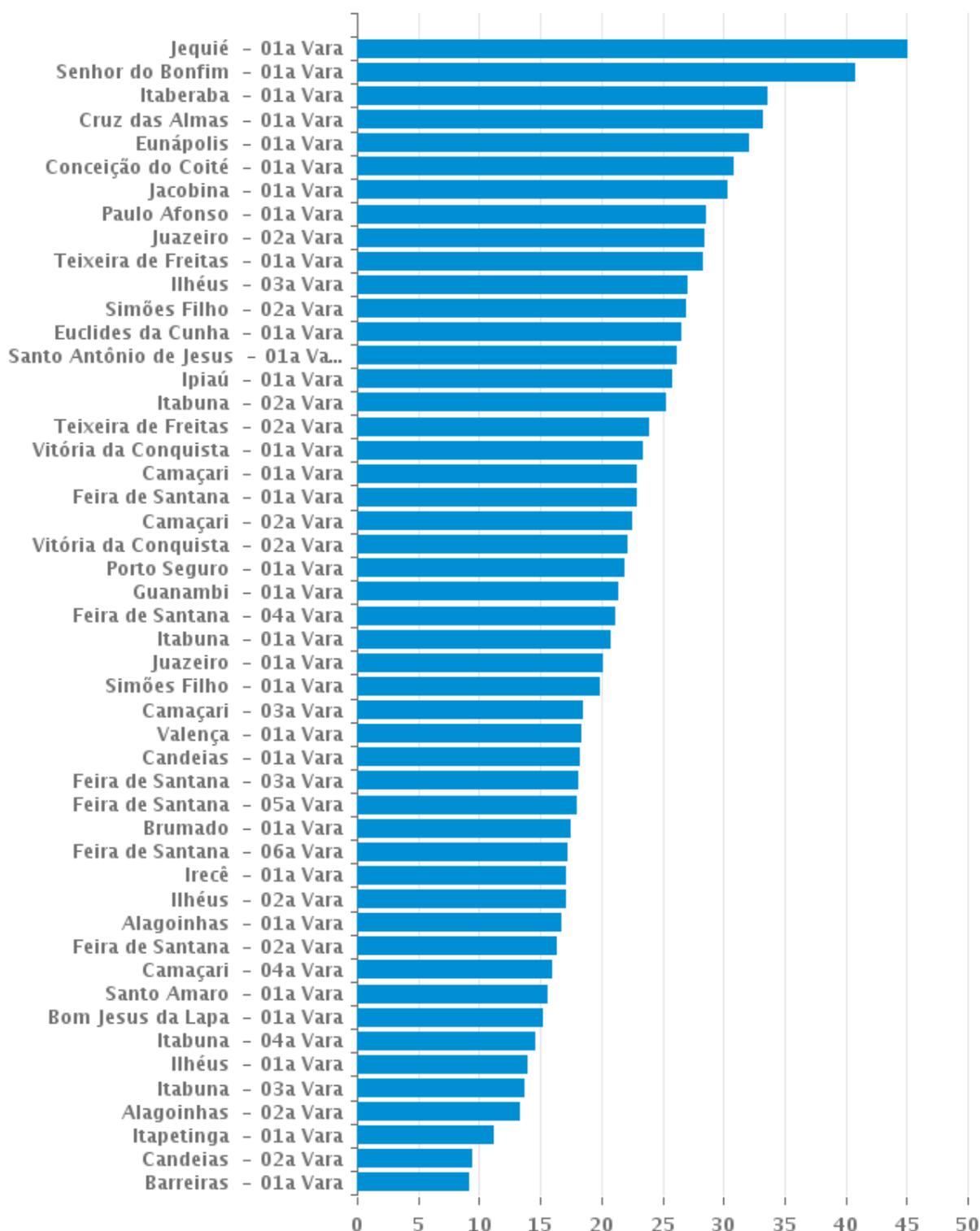


Figura 5.2.2 Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar nas Varas do Interior (%)



5.3 EXECUÇÕES ENCERRADAS EM RELAÇÃO ÀS INICIADAS

Em relação ao número de execuções iniciadas, foram encerradas 120% em 2022. Importante relatar que para este indicador, existe uma grande heterogeneidade entre as unidades, visto que enquanto a 2ª Vara de Candeias apresentou taxa de pouco mais de 24%, outras como 1ª de Cruz das Almas, 3ª de Ilhéus e 1ª de Jequié ultrapassaram 250%.

Figura 5.3.2 Taxa de Execução nas Varas da Capital (%)

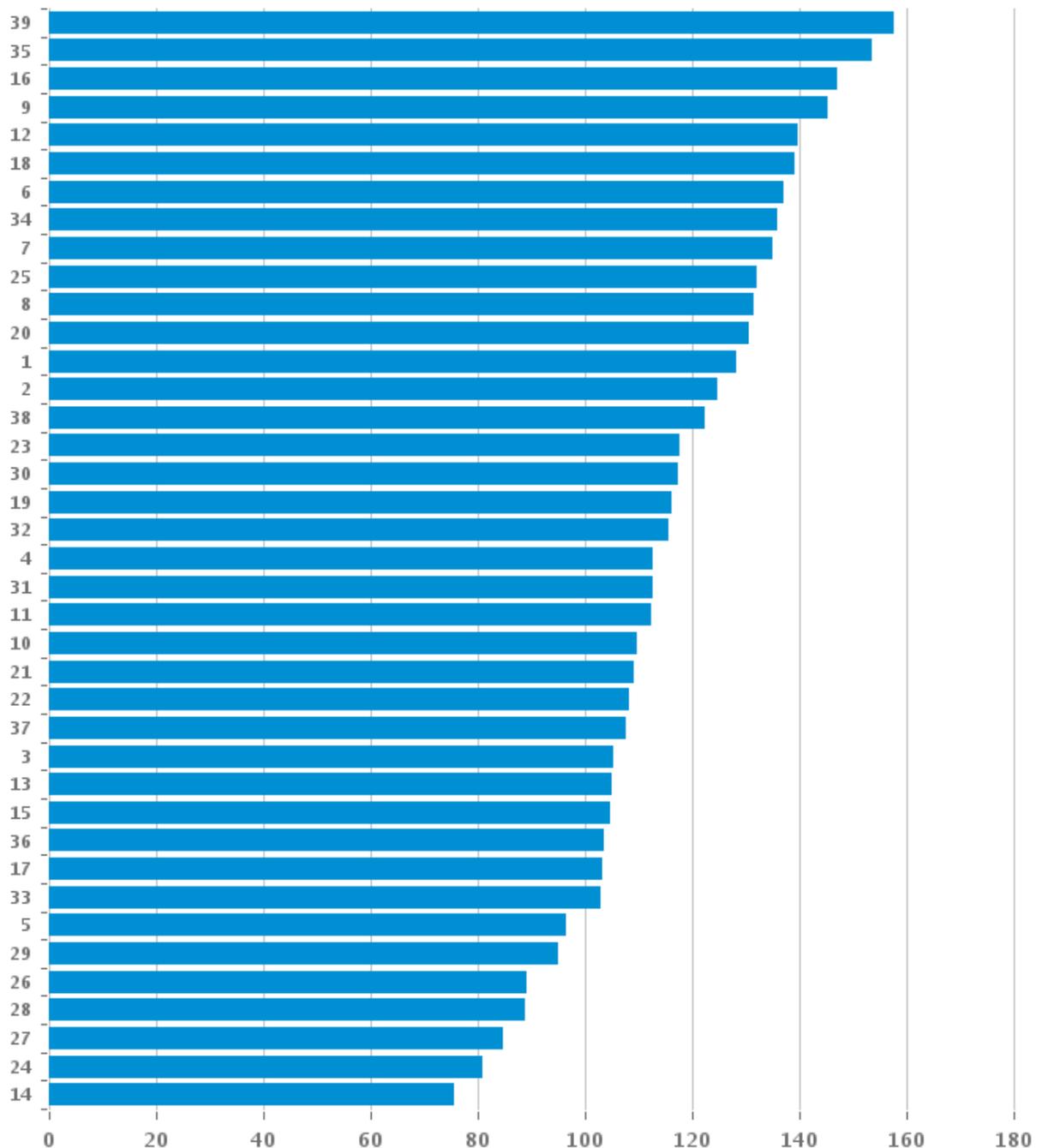
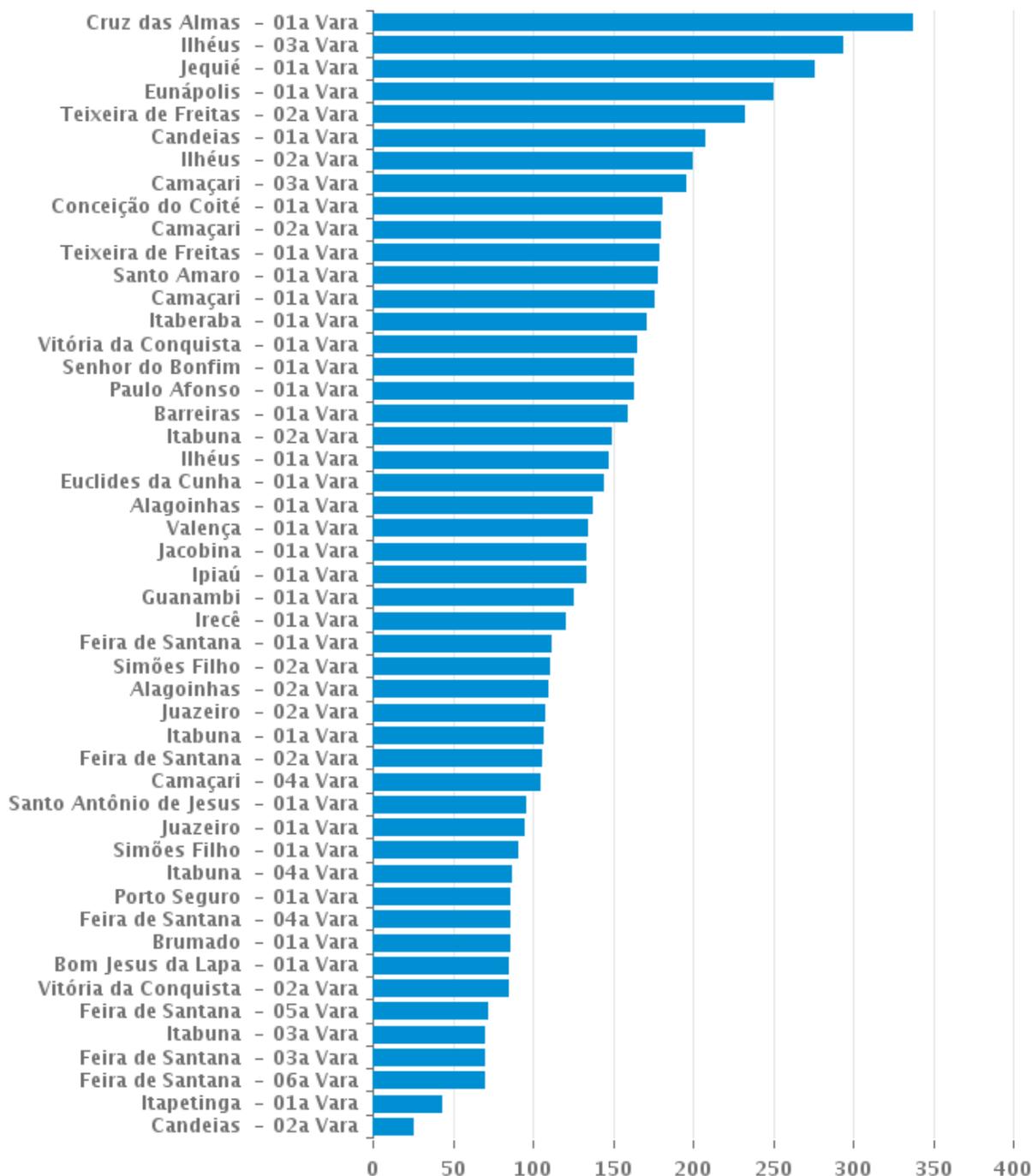


Figura 5.3.3 Taxa de Execução nas Varas do Interior (%)



5.4 CONCILIAÇÕES

Na fase de execução foram homologados **4.647** acordos, **14%** do quantitativo de execuções iniciadas no ano. Nas Varas, este percentual ficou entre 0,6% na Vara de Itapetinga e 31% na Vara de Barreiras.

Figura 5.4.1 Conciliações na Fase de Execução nas Varas da Capital (%)

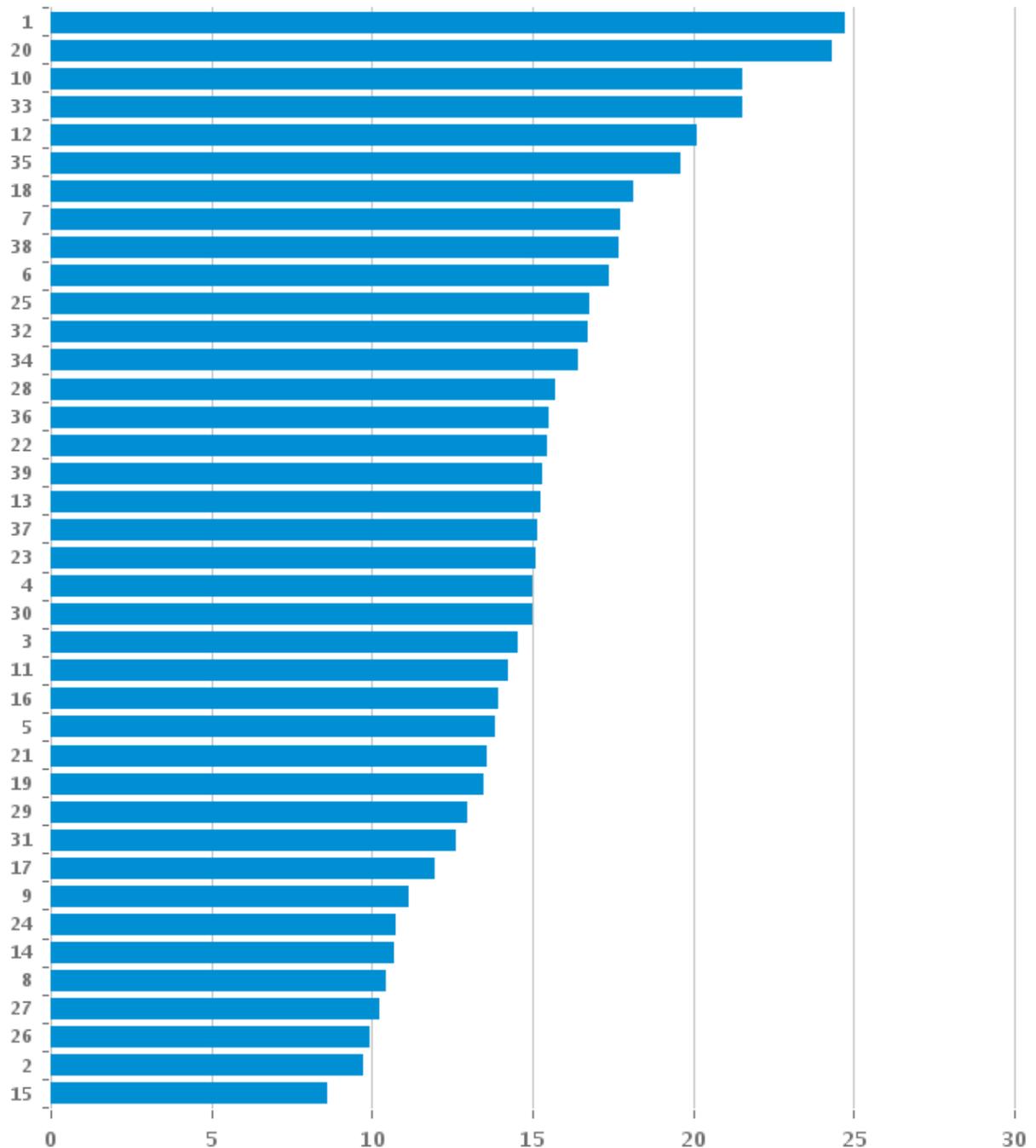
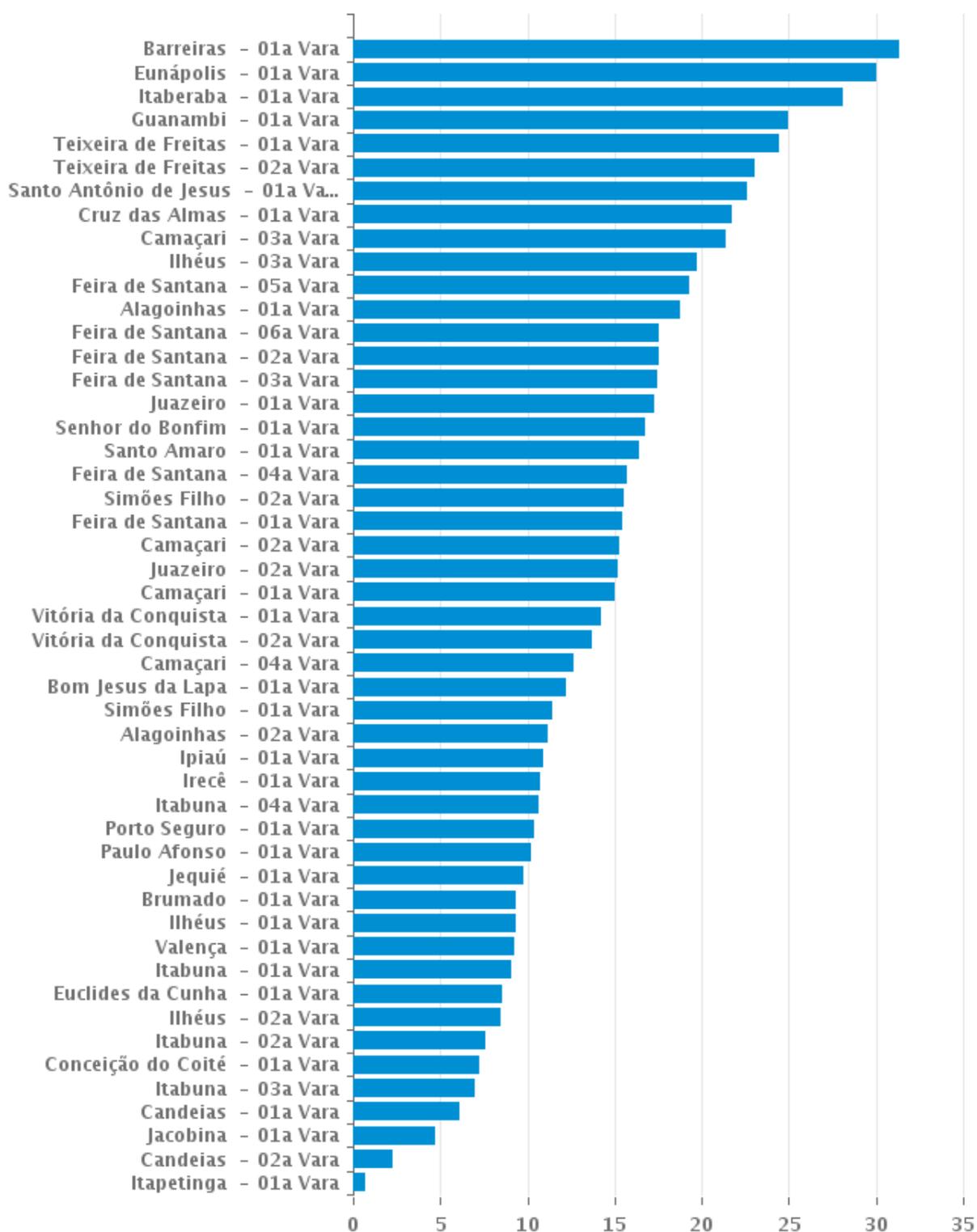


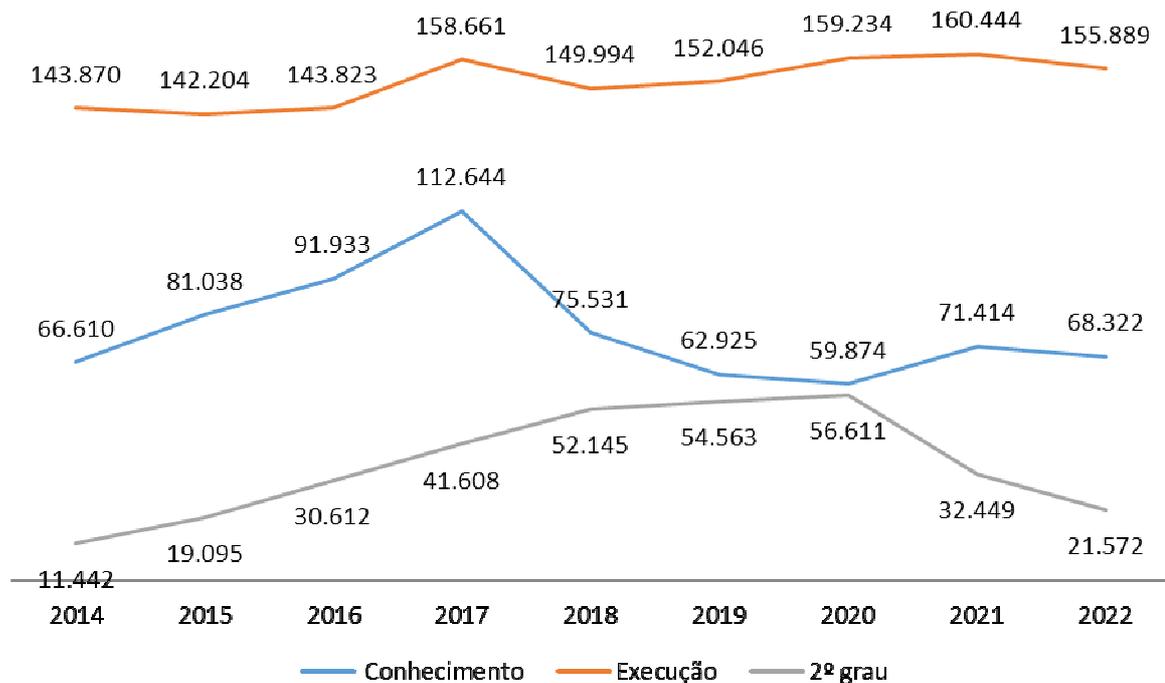
Figura 5.4.2 Conciliações na Fase de Execução nas Varas do Interior (%)



6 RESÍDUOS

Ao final do ano restaram 68.322 processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento, incluindo os embargos de declaração e 155.889 na fase de execução, permanecendo um resíduo de **224.211** processos na 1ª instância. No 2º grau, esse número foi de 21.572. O saldo de processos na 2ª instância sofreu redução expressiva nos últimos dois anos, enquanto que na 1ª instância, nas fases de conhecimento e execução, houve discreta diminuição.

Figura 6.1 Resíduo, 2014 – 2022



Ainda na 2ª instância, o saldo de processos para relatar em 2022 foi de 6.860 processos, dos quais, 98% estavam no prazo regimental.

Entre as Varas, o resíduo total ficou entre pouco mais de 1.000 processos na Vara de Paulo Afonso e mais de 6.000 em Itapetinga.

Figura 6.2 Resíduo nas Varas da Capital

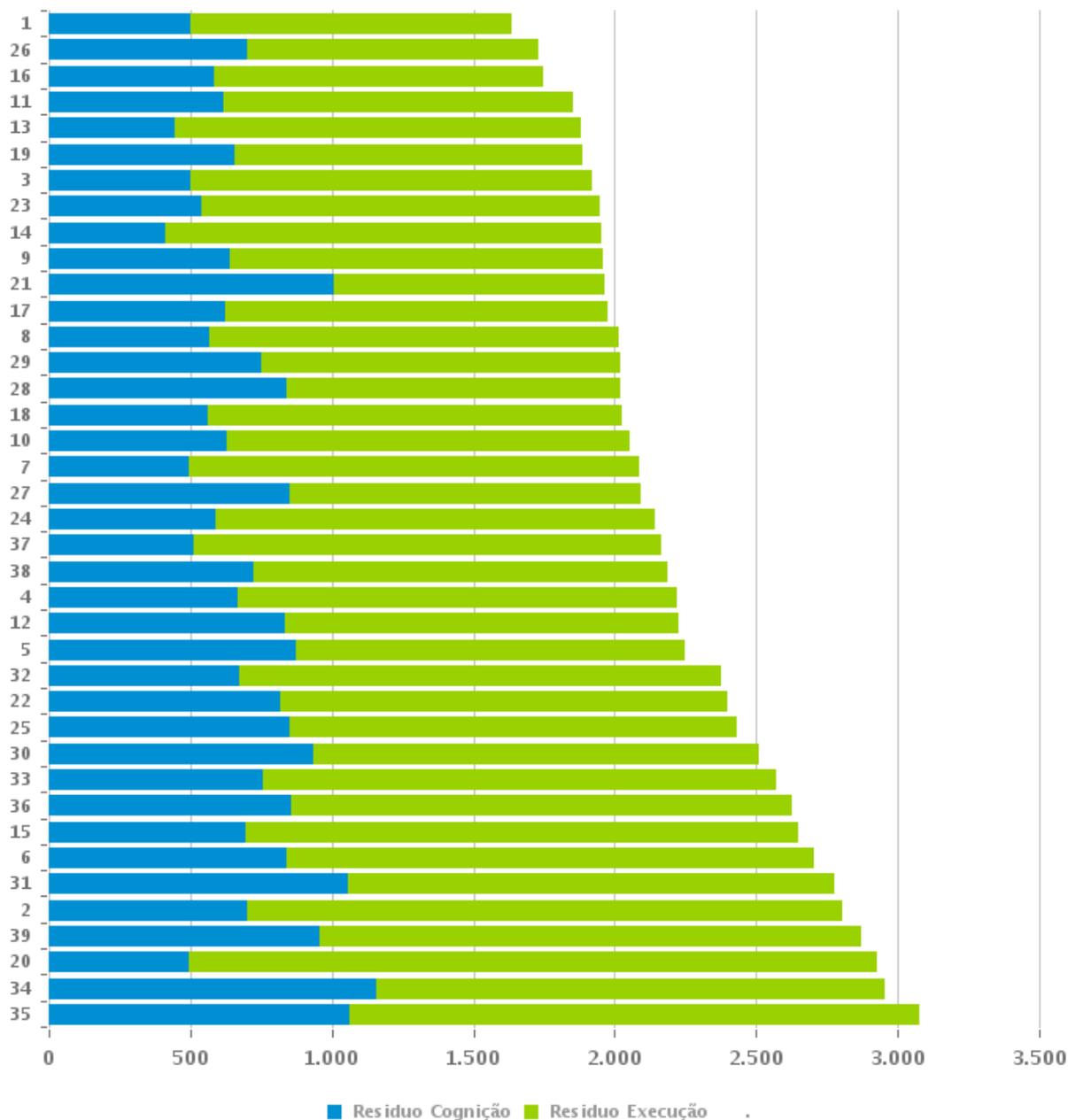
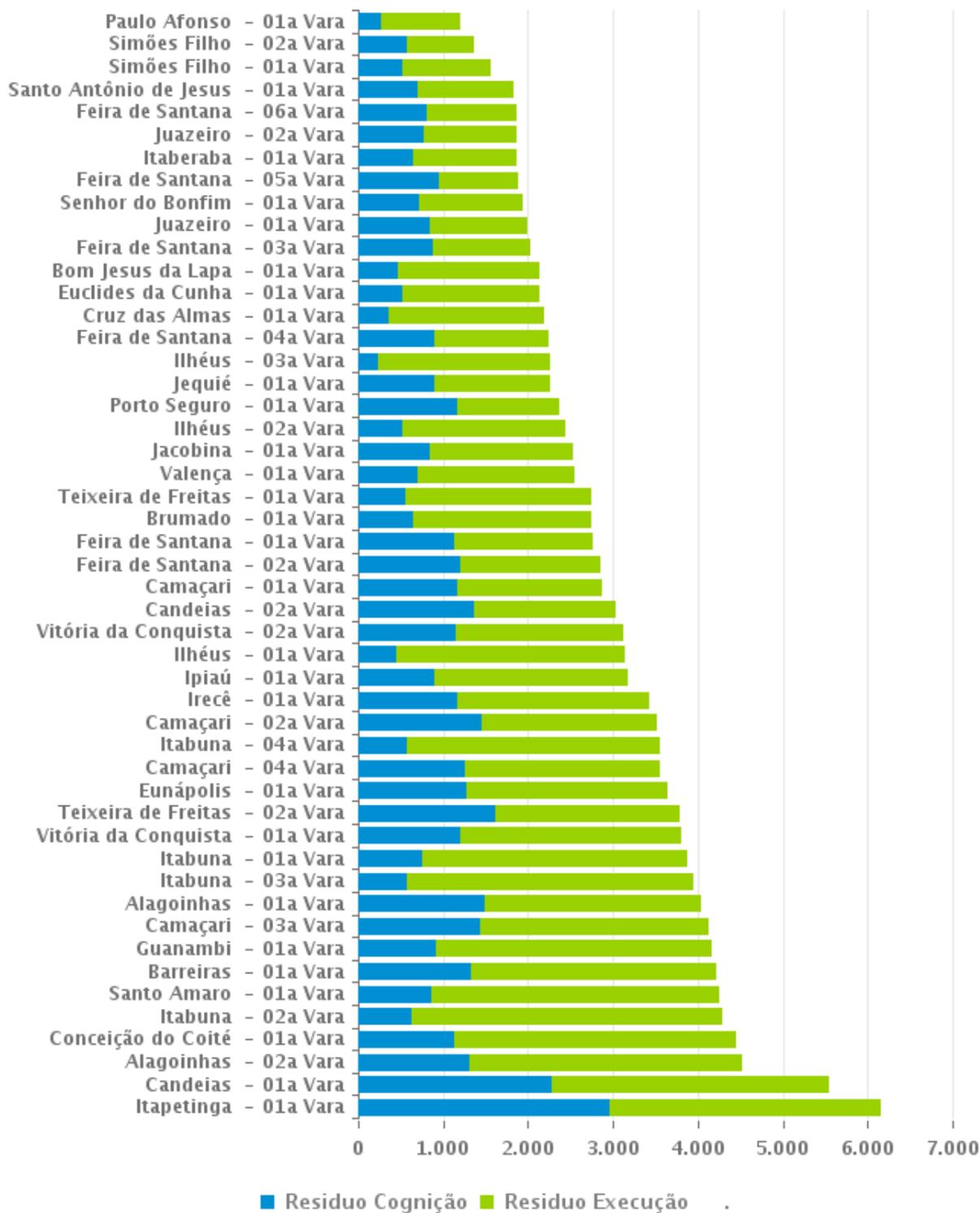


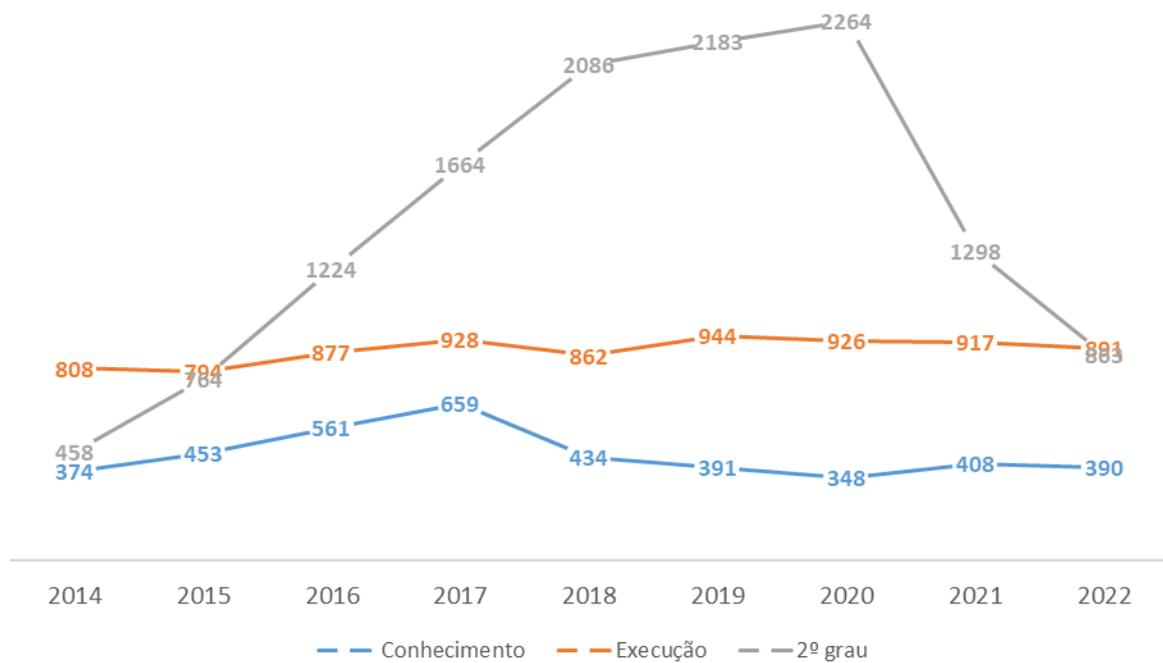
Figura 6.3 Resíduo nas Varas do Interior



6.1 RESÍDUO POR MAGISTRADO

Ao analisar o resíduo médio por Magistrado na 2ª instância, verifica-se decréscimo de quase 62% em relação ao estoque de 2020. Nas fases de conhecimento e execução, não houve alterações expressivas desde 2018, conforme exibido na Figura 6.1.1.

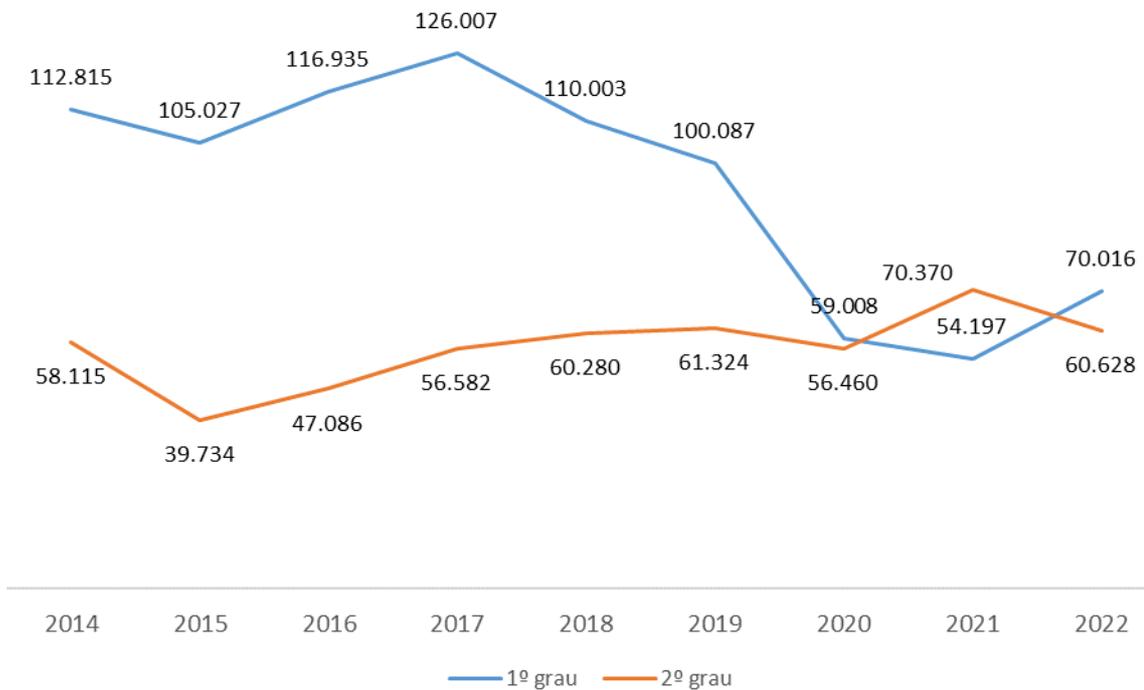
Figura 6.1.1 Resíduo por Magistrado, 2014 – 2022



7 DECISÕES

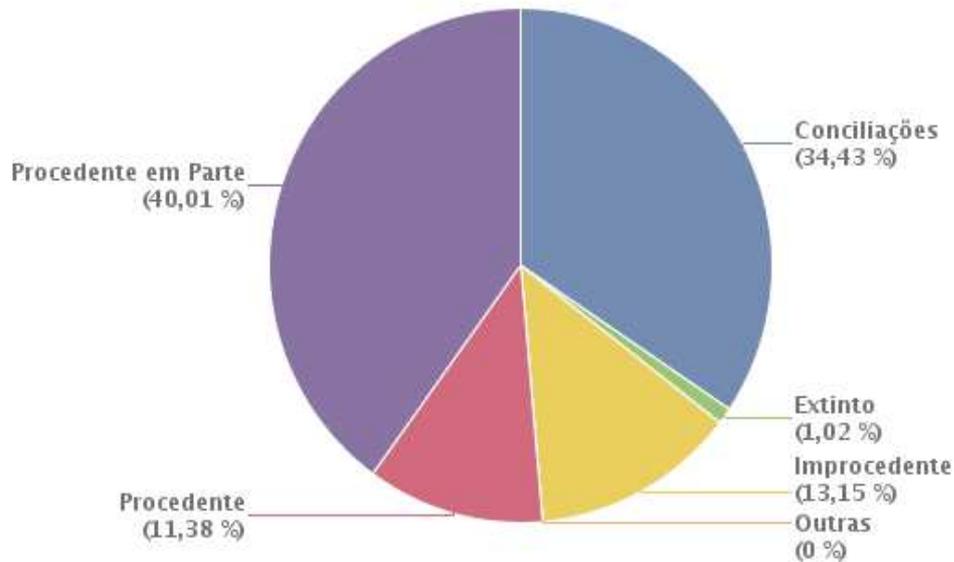
Em 2022 foram solucionados 70.016 processos na 1ª instância e foram julgados 60.859 na 2ª instância, sendo 98,6% em processos eletrônicos.

Figura 7.1 Decisões Proferidas, 2014 - 2022



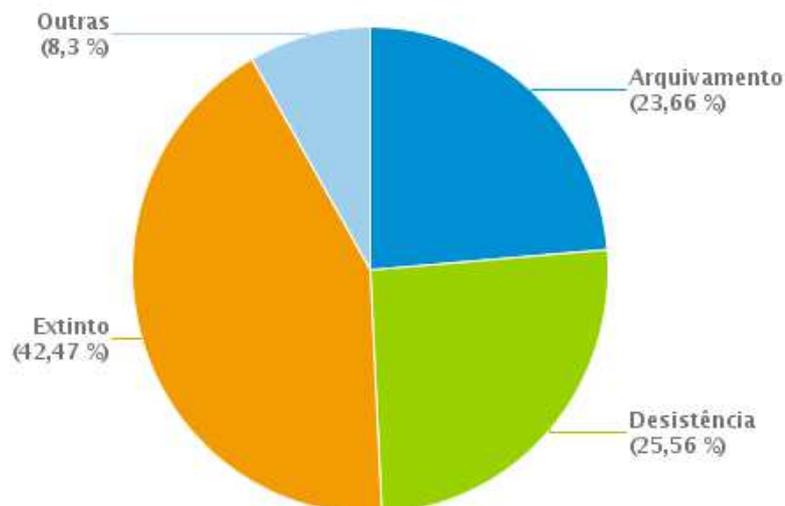
Na 1ª instância, dentre as decisões com exame de mérito, 51,39% foram Procedentes ou Procedentes em parte; 34,43% de Conciliações e 13,15% julgadas improcedentes, conforme mostrado na figura 7.2.

Figura 7.2 Decisões com Exame de Mérito no 1º Grau



Das decisões sem exame de mérito, 23,66% são decorrentes de arquivamento, 42,47% de extinção e 25,56% em desistências, como exibido na figura 7.3.

Figura 7.3 Decisões sem Exame de Mérito no 1º Grau



Dentre as decisões com exame de mérito na 2ª instância, as mais recorrentes foram: “Não Provido” (30,78%), “Provido em Parte” (23,01%), “Não Acolhido” (20,59%) e “Provido” (8,68%). Quanto às decisões sem exame do mérito, a maior parte dos processos foi julgado como “Não Conhecido” (55,71%) e “Prejudicado” (32,29%).

Figura 7.4 Decisões com Exame de Mérito no 2º Grau

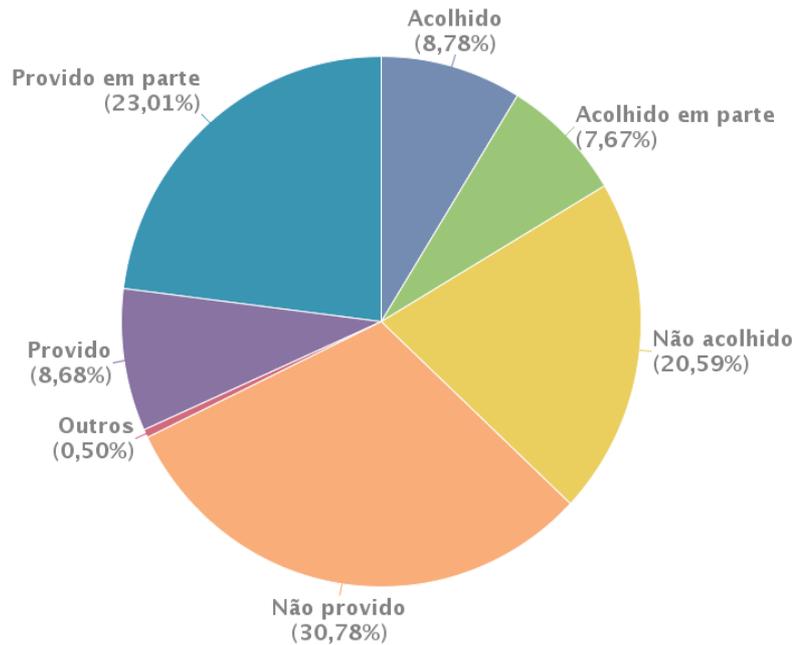
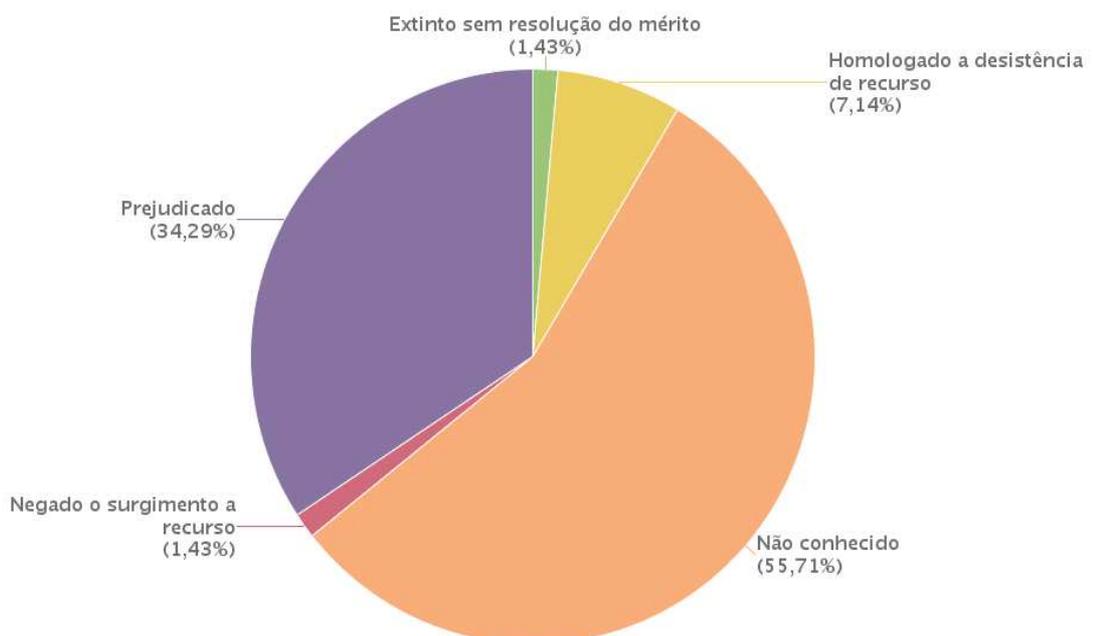
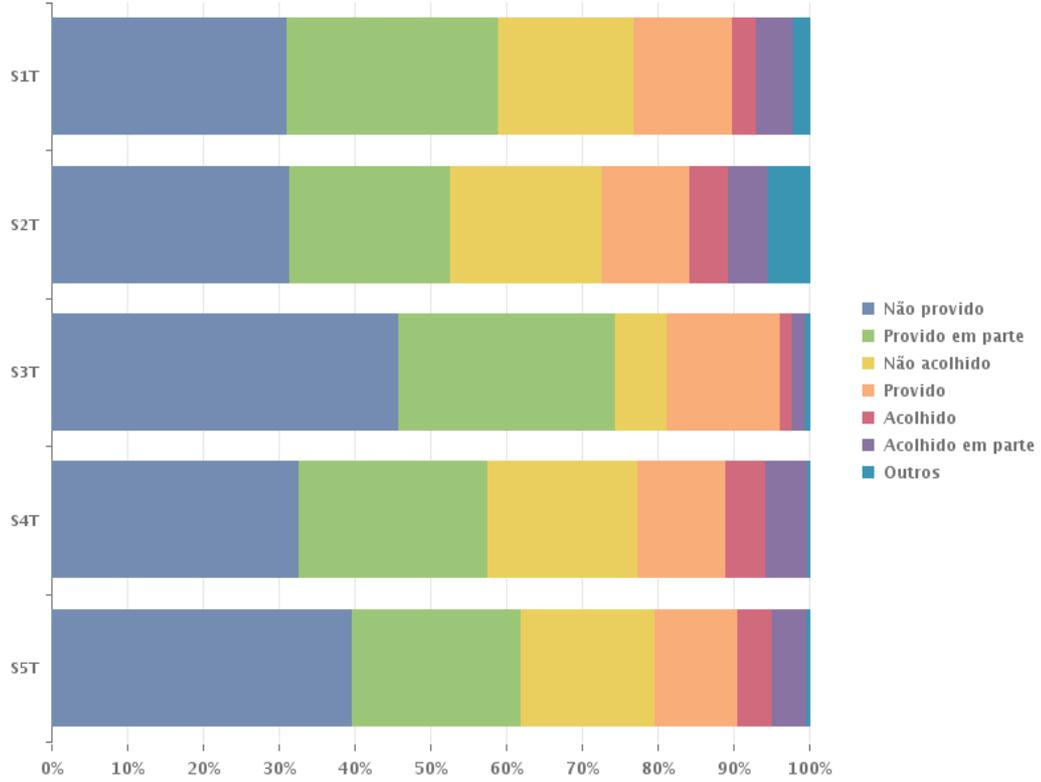


Figura 7.6 Decisões sem Exame de Mérito no 2º Grau



Dentre as Turmas Recursais, observa-se menor percentual de decisões pelo não provimento na 1ª, 2ª e 4ª Turma. Na 3ª Turma foram registrados os menores percentuais de “não acolhido”, “acolhido em parte” e “acolhido”, bem como o maior percentual de “provido”, “provido em parte” e “não provido”, conforme figura 7.5.

Figura 7.5 Principais Decisões com Resolução de Mérito por Turma



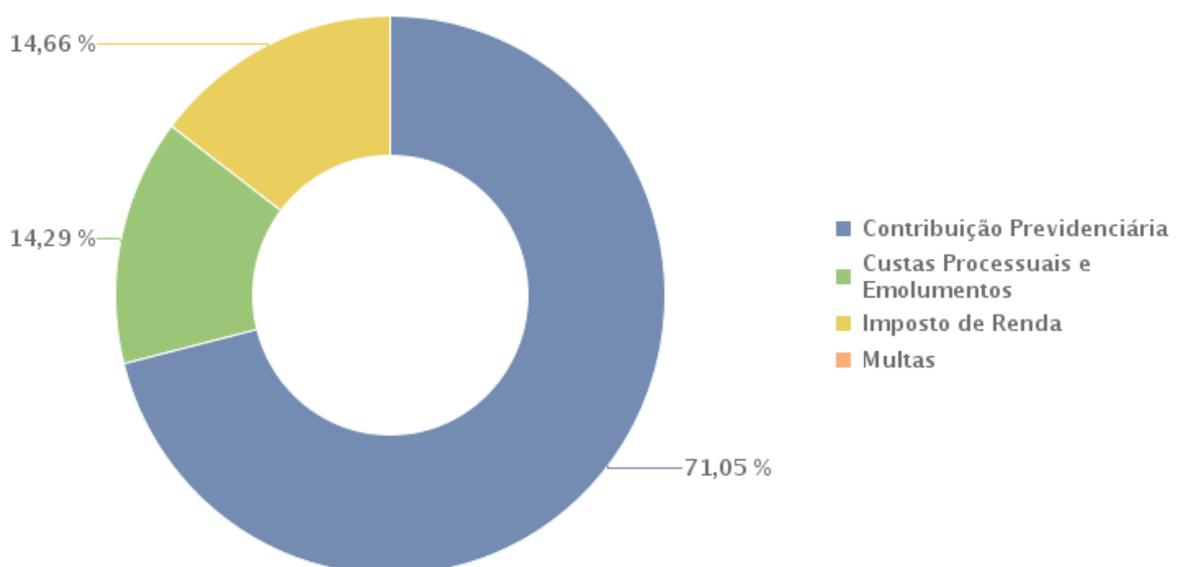
8 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES

8.1 ARRECADAÇÕES

A arrecadação proveniente de decisões na 5ª Região totalizou **R\$ 198.022.074,53 na 1ª instância**, com média de R\$ 2.250.250,85 por Vara. **Na 2ª instância** a arrecadação foi de **R\$ 170.840,22** em custas processuais. No total, o TRT da 5ª Região arrecadou **R\$ 198.192.914,75** entre contribuições previdenciárias, custas processuais, imposto de renda, multas e emolumentos nas duas instâncias.

O maior volume de arrecadações na 1ª instância corresponde às contribuições previdenciárias, 71,05%, seguido de custas processuais e emolumentos 14,29% e imposto de renda 14,66%, como exibido na Figura 8.1.1.

Figura 8.1.1 Tipos de Arrecadação na 1ª Instância



8.2 PAGAMENTOS

Foram pagos aos reclamantes um total de **R\$ 2.953.807.624,86** em média R\$ 33.565.995,74 por Vara e R\$ 8.092.623,63 por dia.

9 PRAZOS

Em 2022, o prazo médio **até a realização da primeira audiência** foi de **8 meses e 17 dias** e o prazo médio **entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença** foi de **1 ano e 12 dias**. A **extinção da execução** ocorreu, em média, em **4 anos, 1 mês e 24 dias** após o ajuizamento da ação.

Na 2ª instância, a **restituição** pelo relator adveio, em média, **7 meses** após a distribuição do processo. Entre a autuação ou distribuição¹ até o **juízo** foram **5 meses e 18 dias** para as Ações Originárias e **9 meses e 22 dias** para os Recursos. Da autuação ou distribuição até a **baixa** a média foi de **1 ano 11 meses e 4 dias**.

¹ No PJe os prazos para o julgamento e baixa são contados a partir da data da distribuição.

Nas Varas, o tempo médio de duração do processo variou de 1 ano 5 meses e 7 dias (2ª Vara de Teixeira de Freitas) a 5 anos, 4 meses e 29 dias (3ª Vara de Ilhéus). Na Capital, o menor prazo médio foi registrado na 4ª Vara (3 anos, 5 meses e 6 dias) e o maior na 5ª Vara (5 anos, 2 meses e 20 dias).

Figura 10.2 Prazo Médio (em dias) a Partir do Ajuizamento da Ação até Extinção da Execução - Capital

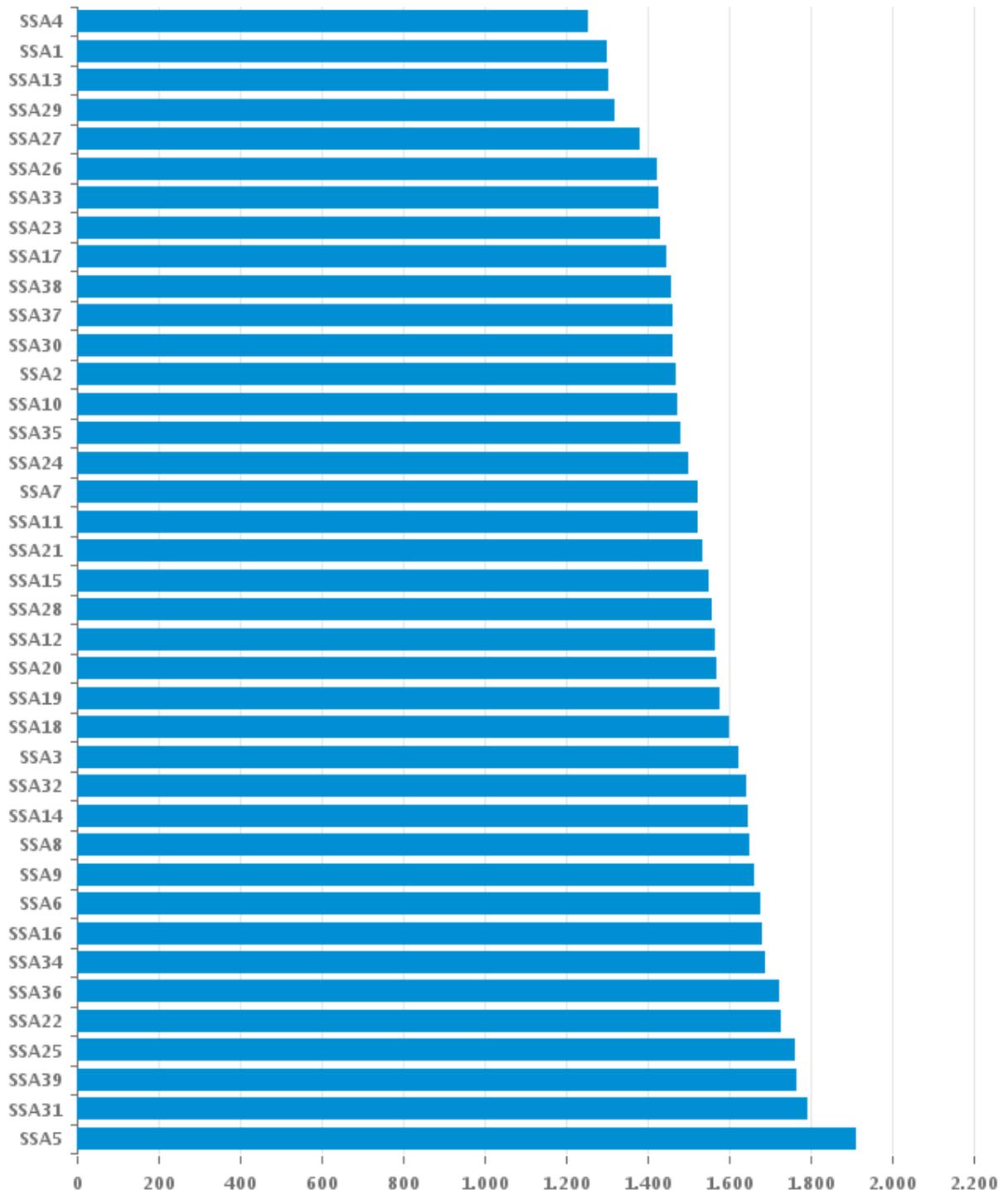
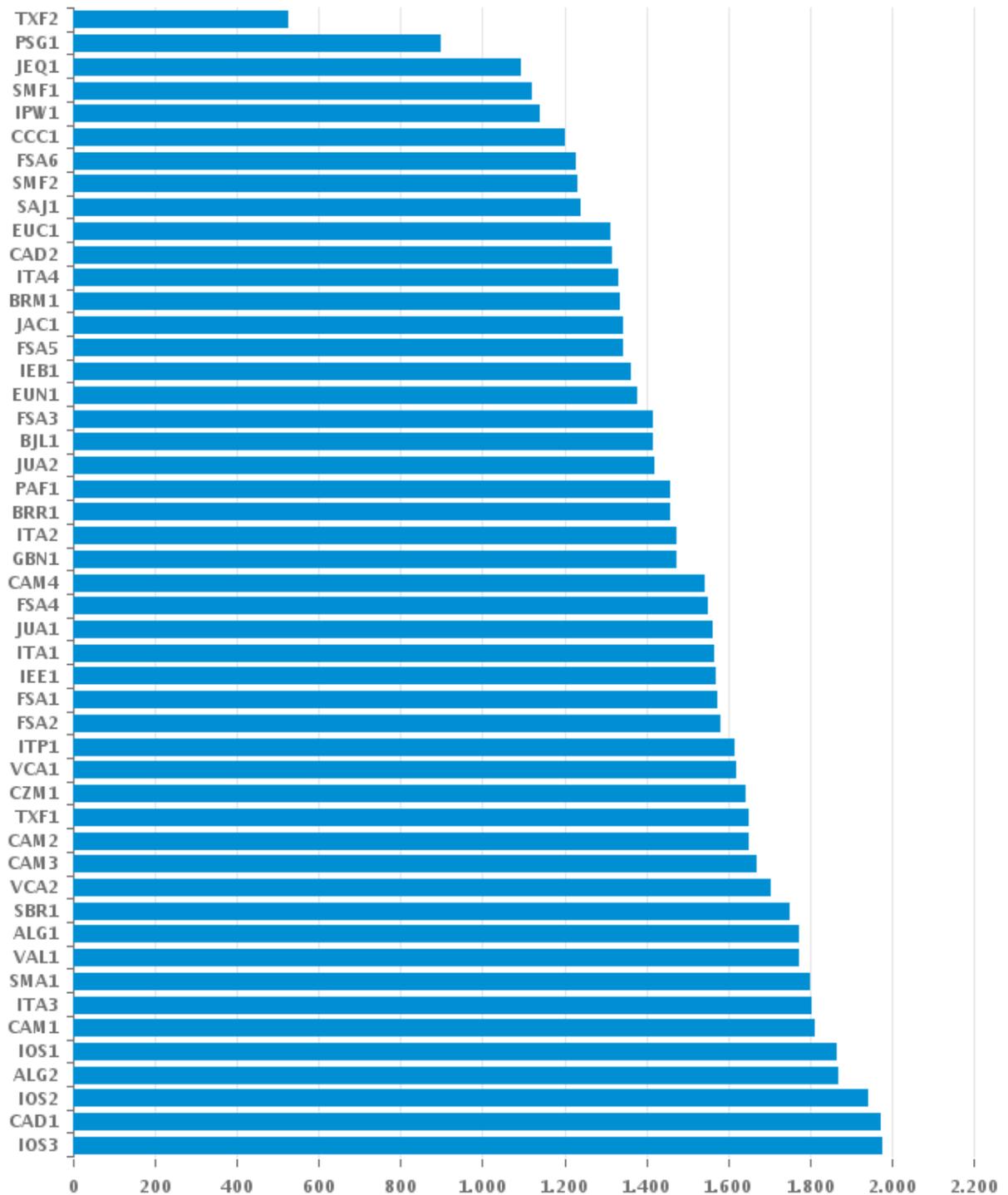


Figura 10.3 Prazos Médios (em dias) a Partir do Ajuizamento da Ação até Extinção da Execução nas Varas do Interior



10 CÁLCULO DOS INDICADORES

Quadro 10.1 Cálculo dos Indicadores

Indicador	Fórmula	Descrição das Variáveis
Casos Novos por Magistrado	$\frac{\text{Casos Novos}}{\text{Mag1}}$	<p>Casos Novos – ações distribuídas nas varas e no 2º grau são as ações originárias e os recursos vindos das VTs;</p> <p>Mag1 – Magistrados: cargos existentes em 31 de dezembro do ano de referência;</p>
Total a Julgar por Magistrado	<p>1º grau:</p> $\frac{\text{PJ1} + \text{Rec1} + \text{EDsl}}{\text{Mag1}}$ <p>2º grau:</p> $\frac{\text{PJ2} + \text{Rec2}}{\text{Mag2}}$	<p>PJ1 – Pendentes de Julgamento no 1º grau: Ações originárias e Embargos de declaração pendentes de julgamento em 31 de dezembro do ano anterior ao ano de referência;</p> <p>Rec1 – Recebidos no 1º grau: casos novos e processos recebidos com sentença anulada/reformada;</p> <p>EDsl – Embargos de Declaração Opostos</p> <p>PJ2 – Pendentes de Julgamento no 2º grau: processos pendentes de julgamento em 31 de dezembro do ano anterior ao ano de referência;</p> <p>Rec2 – Recebidos no 2º grau: casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos;</p> <p>Mag2 – Magistrados: cargos existentes em 31 de dezembro do ano de referência,</p>

		excluídos os ocupados por membros da mesa diretora;
Julgados em relação ao total a julgar	<p>1º grau:</p> $\frac{Julg1 + EDsJ}{Total\ a\ Julgar}$ <p>2º grau:</p> $\frac{Julg2}{Total\ a\ Julgar}$	<p>Julg1 – Julgados no 1º grau: sentenças proferidas;</p> <p>EDsJ – Embargos de Declaração Julgados</p> <p>Julg2 – Julgados no 2º grau: processos julgados por decisão colegiada ou monocrática;</p>
Julgados em relação aos distribuídos	<p>1º grau:</p> $\frac{Julg1 + EDsJ}{Dist + EDsI}$ <p>2º grau:</p> $\frac{Julg2}{Dist2}$	<p>Dist1 – Distribuídos: Processos recebidos;</p> <p>Dist2 – Distribuídos: Processos distribuídos aos magistrados, incluídos os recursos internos distribuídos por vinculação;</p>
Índice de Produtividade dos Magistrados	<p>1º grau:</p> $\frac{BaixC + BaixEX}{Mag1}$ <p>2º grau:</p> $\frac{Baixados2}{Mag2}$	<p>BaixC – Baixados na Fase de Conhecimento: processos que foram baixados na fase de conhecimento, incluindo embargos de terceiros;</p> <p>BaixEx – Baixados na Fase de Execução: processos de execuções fiscais, não fiscais e títulos judiciais baixados;</p> <p>Baixados2: baixados no segundo grau;</p>
Índice de Produtividade dos Servidores	<p>1º grau:</p> $\frac{BaixC + BaixEX}{Serv1}$ <p>2º grau:</p> $\frac{Baixados2}{Serv2}$	<p>Serv1: Servidores lotados na área judiciária no 1º grau;</p> <p>Serv2: Servidores lotados na área judiciária no 2º grau;</p>

Índice de Atendimento à Demanda	$\frac{\textit{Processos Baixados}}{\textit{Casos Novos - CNJ}}$	Casos Novos – CNJ – casos novos de conhecimento e execução, incluindo embargos de terceiros;
Execuções Encerradas em relação ao Total a Executar	$\frac{\textit{Encerradas}}{\textit{Total a Executar}}$	Encerradas – execuções extintas e execuções provisórias apensadas aos autos principais;
Execuções Encerradas em relação às Iniciadas	$\frac{\textit{Encerradas}}{\textit{Execuções Iniciadas}}$	Execuções Iniciadas no ano de referência;
Total a Executar por Magistrado	$\frac{\textit{Total a Executar}}{\textit{Mag}}$	Total a Executar – processos pendentes de Execução e em arquivo provisório no ano anterior ao ano de referência e execuções iniciadas no ano de referência;
Resíduo por Magistrado	<p>1º grau:</p> $\frac{\textit{Resíduo1 + EDsP}}{\textit{Mag}}$ <p>2º grau:</p> $\frac{\textit{Resíduo2}}{\textit{Mag2}}$	<p>Resíduo1 – na fase de conhecimento, refere-se às ações originárias pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência. Na fase de execução, aos processos pendentes de execução, incluídos os processos em arquivo provisório;</p> <p>EDsP – Embargos de Declaração Pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência;</p> <p>Resíduo2 – Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência.</p>

11 ANEXOS

Quadro 11.1 Siglas das Varas

Vara do Trabalho	Sigla
Alagoinhas - 01a Vara	ALG1
Alagoinhas - 02a Vara	ALG2
Barreiras - 01a Vara	BRR1
Bom Jesus da Lapa - 01a Vara	BJL1
Brumado - 01a Vara	BRM1
Camaçari - 01a Vara	CAM1
Camaçari - 02a Vara	CAM2
Camaçari - 03a Vara	CAM3
Camaçari - 04a Vara	CAM4
Candeias - 01a Vara	CAD1
Candeias - 02a Vara	CAD2
Conceição do Coité - 01a Vara	CCC1
Cruz das Almas - 01a Vara	CZM1
Euclides da Cunha - 01a Vara	EUC1
Eunápolis - 01a Vara	EUN1
Feira de Santana - 01a Vara	FSA1
Feira de Santana - 02a Vara	FSA2
Feira de Santana - 03a Vara	FSA3
Feira de Santana - 04a Vara	FSA4
Feira de Santana - 05a Vara	FSA5
Feira de Santana - 06a Vara	FSA6
Guanambi - 01a Vara	GBN1
Ilhéus - 01a Vara	IOS1
Ilhéus - 02a Vara	IOS2
Ilhéus - 03a Vara	IOS3
Ipiaú - 01a Vara	IPW1

Vara do Trabalho	Sigla
Irecê - 01a Vara	IEE1
Itaberaba - 01a Vara	IEB1
Itabuna - 01a Vara	ITA1
Itabuna - 02a Vara	ITA2
Itabuna - 03a Vara	ITA3
Itabuna - 04a Vara	ITA4
Itamaraju - 01a Vara	ITJ1
Itapetinga - 01a Vara	ITP1
Jacobina - 01a Vara	JAC1
Jequié - 01a Vara	JEQ1
Juazeiro - 01a Vara	JUA1
Juazeiro - 02a Vara	JUA2
Paulo Afonso - 01a Vara	PAF1
Porto Seguro - 01a Vara	PSG1
Santo Amaro - 01a Vara	SMA1
Santo Antônio de Jesus - 01a Vara	SAJ1
Senhor do Bonfim - 01a Vara	SBR1
Simões Filho - 01a Vara	SMF1
Simões Filho - 02a Vara	SMF2
Teixeira de Freitas - 01a Vara	TXF1
Teixeira de Freitas - 02a Vara	TXF2
Valença - 01a Vara	VAL1
Vitória da Conquista - 01a Vara	VCA1
Vitória da Conquista - 02a Vara	VCA2

Quadro 11.2 Siglas dos Desembargadores Relatores

Sigla	Magistrado
AF	Alcino Felizola
AP	Ana Paola Diniz
DA	Dalila Andrade
DM	Débora Machado
ES	Edilton Meireles
EM	Eloína Machado
EO	Esequias De Oliveira
HM	Humberto Machado
IM	Ivana Magaldi
JM	Jéferson Muricy
LN	Léa Nunes
LO	M ^a de Lourdes Linhares
LR	Luiz Roberto Peixoto
TV	Luiz Tadeu Vieira
LL	Luiza Lomba
MG	Marcos Gurgel
MR	Margareth Costa
AA	Maria Adna Aguiar
GB	M ^a Graças Boness
LO	M ^a Lourdes Linhares
MM	Marizete Menezes
NF	Norberto Frerichs
PC	Paulino Couto
RS	Renato Simões
RD	Rubem Dias
SI	Suzana Inácio Gomes
VO	Valtércio Oliveira
VT	Vânia Tanajura Chaves
PR	Pires Ribeiro
YT	Yara Trindade